



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 32/56.

DATA: 21 de MAIO de 1.956

SÚMULA: "Dispõe sobre o Código de Posturas e
Obras do Município de Guaíra".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

DAS POSTURAS EM GERAL

TÍTULO I

Da Competência e das Penalidades.

Art. 1º - Este Código contém as medidas de policia administrativa a cargo do Município, estabelecendo, as necessárias relações entre o poder / público local e os municipais.

Art. 2º - Ao Prefeito, e, em geral aos funcionários ou servidores municipais, incumbe velar pela observância dos preceitos deste código.

CAPÍTULO I

DAS INFREACÕES E DAS PENAS.

Art. 3º - Constitue contravenção ou infração todo procedimento ou omissão contrária às disposições deste código, ou de outras leis, decretos, re soluções, e atos do Governo Municipal.

Art. 4º - Será considerado infrator ou contraventor todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração ou con travenção.

Art. 5º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observando o limite máximo da Lei.

Art. 6º - A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios habéis, o infrator se recusar a satisfaze-la no prazo legal.

Art. 7º - Nas reincidências, as multas serão cobradas em dobro, não podendo porém, exceder do limite legal.

§ Único - Reincidente é o que violar preceitos deste Código / por cuja infração já tiver sido autuado ou punido.

Art. 8º - Na imposição da multa e para graduá-la tem-se em



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.2.

c) - Os antecedentes do infrator, com relação às disposições.

Art.99- As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração.

Art.109- A infração de qualquer disposição, para a qual não haja / penalidade expressamente estabelecida neste Código, será punida com multa de 100 a 1000 cruzeiros.

Art.119- Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao almoxarifado da Prefeitura, quando isto a não se prestarem os objetos ou a apreensão se realizar fora da cidade, poderão ser depositados em mão de terceiros, observadas as formalidades legais.

§ 1º - Tratando-se de gêneros alimentícios, sujeitos a deterioração, serão mantidos no almoxarifado pelo espaço de quarenta e oito horas. Findo esse e a multa não houver sido recolhida aos cofres Municipais, a posta em leilão e o valor da arrematação entregue ao autuado, / despesas impostas pela multa.

§ 2º - Pelo depósito serão abonadas ao depositário as percentagens constantes do Regimento de Custas do Estado, pagas pelo infrator antes do levantamento do depósito.

Art.129- Não são diretamente passíveis das penas definidas neste / Capítulo:

a) - Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

b) - Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver louco;

c) - Sobre aquele que der causa a contravenção forçada.

Art.139- Sempre que a contravenção for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior a pena recairá:

a) - Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor;

b) - Sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;

c) - Sobre aquele que der causa a contravenção forçada.

CAPÍTULO II

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO.

Art.149 - São autorizados para lavrar autos de infração os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art.150 - É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

.3.

a comunicação ser acompanhada de prova devidamente testemunhada.

§ Único - Recebendo tal comunicação, o Prefeito ordenará sempre que couber a lavratura do auto de infração.

Art. 17º - Os autos de infração obedecerão a modelos especiais, podendo se impressos no que toca as palavras invariáveis, preenchendo a mão os claros. Do auto constarão obrigatoriamente:

- a) - Nome do infrator, sua profissão, idade e estado civil;
- b) - Designação do local onde se verifiquem a infração;
- c) - Natureza da infração e todos os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes para a ação;
- d) - O dispositivo violado.

§ 1º - Assinarão o ato o autuante, o infrator e, pelo menos, duas testemunhas capazes.

§ 2º - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa testemunhada fazendo-se por escrito a observação, e, assinando as testemunhas do fato.

§ 3º - Também no caso de recusarem as testemunhas a assinar, a recusa será toda por termo, coligindo o autuante os elementos de prova suficientes para a abertura do processo de execução.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.

Art. 18º - Processado o auto de infração, será este submetido ao Prefeito para que confirme e imponha a multa prevista neste Código.

Art. 19º - Quando ocorrer a hipótese a que se refere o art. 17º, - § 3º, o processo de execução será aberto após a confirmação pelo Prefeito do respectivo auto mediante a demonstração objetiva do ato ilícito, feito por autuante.

Art. 20º - O Prefeito designará um servidor Municipal para servir de escrivão no processo.

§ 1º - O escrivão intimará o infrator para no prazo de 5 dias se residir na sede do Município ou de 10 dias se residir fora da cidade, digo, da sede, a efetuar o pagamento da multa ou apresentar a sua defesa. Este prazo se estende quando se tratar de multa imposta sobre apreensão de gêneros alimentícios, tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 11º.

§ 2º - A intimação ao infrator será feita diretamente por escrito ou mediante edital publicado na imprensa local, assentado-se a ocorrência no processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ
.4.

§ 3º - No curso do processo de execução, serão, sempre que necessários ouvidas as testemunhas do fato, as quais serão intimadas a prestar seus depoimentos no prazo que as circunstâncias aconselharem.

§ 4º - A intimação das testemunhas será feita nos termos do parágrafo segundo.

Art.21º- Querendo apresentar sua defesa, o autuado deverá depositar / previamente nos cofres municipais, a importância correspondente a multa imposta, sem o que a defesa não será recebida.

§ Único- A importância depositada pelo infrator ao mesmo devolvida;

a) - Em parte, quando for deliberação do Prefeito, a multa, se concreta vier a ser reduzida;

b) - Total, em caso do processo a que foi submetido o infrator, resultar nula;

Art.22º- Não sendo apresentada defesa no prazo estabelecido no artigo 20º § 1º será o infrator considerado revêl, sendo o processo incluso, do Prefeito para julgamento.

§ Único- Se a decisão for contra o infrator, será este intimado ao recolhimento da multa, que lhe for imposta no prazo de quinze dias, se residir na sede; decorrido esse prazo sem o pagamento, será a multa inscrita como dívida ativa, extraíndo-se certidão para se proceder a cobrança executiva.

Art.23º- Sendo apresentada a defesa, na forma do Art. 21º, sobre a mesma falará o autuante ou servidor ou cidadão, que tiver presenciado o fato e feito a comunicação as autoridades Municipais, ouvindo-se sempre que necessário, as testemunhas.

§ 1º - Em seguida, será o processo concluso ao Prefeito, que julgará de seu mérito, firmando a penalidade cabível ou julgamento improcedente o auto.

§ 2º - Ao infrator será dado conhecimento, diretamente por escrito da decisão proferida, que poderá também ser dada a publicidade pela imprensa ou por editais afixados em lugar público.

§ 3º - Se a decisão proferida confirmar o julgamento preliminar, mantendo as multas, serão estas, já depositadas, recolhidas a receita municipal, pela rubrica própria.

Art.24º- Quando a pena terminar a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou serviço, será fixado ao infrator o prazo de cinco dias, para início do seu cumprimento, e prazo razoável para a sua conclusão.

§ Único- Esgotados os prazos sem que haja o infrator cumprido a obrigação a Prefeitura, providenciará a execução da obra ou serviço, observados as formalidades legais, cabendo ao infrator indenizar o custo da obra, acrescido de vinte por cento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.5.

TÍTULO II

DA VENDA DE TERRENOS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL.

CAPÍTULO I

DA VENDA EM GERAL.

Art. 25 º - Os terrenos pertencentes ao Município e cuja divisão em lotes constar do plano de remodelação e extensão da cidade e das vilas aprovado na forma da lei, poderão ser vendidos nos termos deste Título, salvo aquele que o plano reservar a finalidade especiais de interesse público.

§ Único - Enquanto a cidade e as vilas não forem dotadas do plano de remodelação e extensão a que se refere este artigo, poderão os terrenos de propriedade do Município ser vendidos em conformidade com a planta cadastral e existente desde que não sejam necessários os serviços públicos, e observadas as disposições deste Código.

Art. 26 º - Os terrenos dos logradouros públicos, assim como qual quer imóvel de uso comum do povo, não poderão ser alienados a não ser que condições excepcionais imponham a medida.

§ Único - A Alienação, nesse caso, somente poderá ser efetuada / mediante Lei especial que retire os imóveis do uso comum do povo, transferindo os para o domínio privado do Município.

Art. 27 º - Os lotes a que se refere este Título não terão área inferior a trezentos e sessenta e quatro metros quadrados, e tão pouco, frentes inferiores a doze metros e superiores a vinte dois metros e cinquenta centímetros, salvo nas esquinas ou travessas.

Art. 28 º - O adquirente é obrigado a construir dentro do prazo de 12 meses. Se neste prazo não o fizer, ficará sujeito a multa anual de 10% (dez por cento), sobre o valor da compra do lote, nos 2(dois) primeiros anos subseqüentes ao prazo dado para a construção e 20%(vinte por cento) nos demais.

Art. 29 º - Em se tratando de construções que se destinem a fins indústriais, culturais, desportivos ou de beneficiências, poderá ser vendido área maior.

§ 1º - Da planta cadastral constarão as zonas reservadas para as construções de que trata o presente artigo.

§ 2º - No caso deste artigo o requerente pagará 40%(quarenta / por cento) do preço do lote ao ter o requerimento despacho favorável, e o res-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.6.

eiras, incômodas, exalações desagradáveis e análogos inconvenientes.

Art. 30º - Em igualdade de condições com os demais requerentes terão preferência para compra de lotes situados na zona urbana e sub-urbana, observadas as disposições do Art. 34º deste Código, os pequenos trabalhadores rurais e operários que preencherem os seguintes requisitos no ato do requerimento:

- a) - Provarem ser operários ou trabalhadores rurais;
- b) - Terem boa conduta;
- c) - Acharem-se quites com os cofres municipais,

§ 1º - A venda de lotes urbanos e sub-urbanos far-se-á com a entrada inicial de 20%(vinte por cento), sendo o restante pagável em 20(vinte) prestações mensais, iguais, contadas da data do despacho favorável do Prefeito.

§ 2º - O direito de preferência poderá ser exercido até o momento da assinatura do compromisso da compra, mediante requerimento acompanhado dos documentos comprobatórios das condições enumeradas nas alíneas a, b, c, deste Art.º.

Art. 31º - A Prefeitura, fixará vários tipos de casas econômicas com os necessários requisitos de higiene, e fornecerá o respectivo projeto/gratuitamente aos interessados.

Art. 32º - A concessão de que trata o Artº.30º é extensiva a qualquer funcionário público residente no Município.

Art. 33º - As disposições deste Código, relativas a vendas de lotes deverão constar da escritura.

CAPÍTULO II

DA VENDA DOS LOTES.

Art. 34º - O critério de venda dos lotes será de competência/exclusiva do Prefeito; sendo porém a fixação dos preços dos terrenos submetidos a apreciação e fixação pela Câmara, considerando a divisão do perímetro urbano, em zonas respeitando localização, desenvolvimento e demais interesse do Município.

Art. 35º - Aprovado por este a relação dos lotes a serem vendidos, será levado a conhecimento público dentro de um prazo mínimo de 30(trinta) dias, através de editais fixados na sede e distritos, em locais de franco/acesso do público e divulgado pela imprensa.

Art. 36º - Nos editais se fixará a relação dos lotes, situa-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.7.

Art. 38 9 - A compra de lotes será feita através de requerimento endereços ao Prefeito, quando então o requerente satisfará o pagamento das taxas e emolumentos em vigor.

§ 19 - Qualquer pessoa poderá requerer, por conta própria / ou de terceiros, provando mandato, observando no entanto as condições de Lei.

§ 20 - O requerente pagará, após tomar conhecimento do despacho favorável do Prefeito, 50%(cincoenta por cento) do valor do lote requerido, ficando obrigado a recolher, aos cofres Municipais, o restante, ao ser lavrada a escritura, salvo o disposto no § 29 do Art. 299 e § 19 do Art. 309.

§ 30 - O requerente que beneficiado pelos Art9s.299 e 309 de pois de efetivado o pagamento da entrada do valor dos terrenos, ficando com 3/3 (treis) prestações sucessivas em atraso, será notificado pelo Prefeito mediante carta, com recibo de volta, ou entregue a domicílio com recibo em livro próprio para dentro de 30(trinta) dias contados do envio da notificação, regularizar aquelas prestações, senão o fizer, perderá o direito ao lote. Se o requerente / não for encontrado deverá ser notificado pela imprensa para regularizar sua situação dentro de 30(trinta) dias.

CAPÍTULO III

DOS LOTES EDIFICADOS.

Art. 39 9 - Tratando-se de lotes em que haja construções ou benfeitorias, os compradores ficam obrigados a indenizar os proprietários destas pelo preço da avaliação.

§ 1 9 - Em igualdade de condições com os demais licitantes os proprietários das benfeitorias terão preferência na compra dos lotes.

§ 2 9 - O direito de preferência a que se refere o parágrafo / anterior, somente é exercido, a partir do momento que pelo interessado seja satisfeito o disposto pelo artigo 389-.

Art. 40 9 - A frente dos lotes edificadas poderá ter extensão que abranja as benfeitorias nêles construídas.

TÍTULO III



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.8.

corrigir e reprimir os abusos que compremetam a higiene e saúde pública, e velar pela fiel observância das disposições deste título, além de cooperar com as autoridades estaduais na execução do Regulamento de Saúde Pública do Estado e com as autoridades Federais.

Art. 42 § - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todas as casas onde vendam bebidas, produtos de fácil deteriorização e das cocheiras, estábulos e pocilgas.

Art. 43 § - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade a - sentará o funcionário competente em relatório circunstanciado sugerindo medidas ou solicitando providências a bem higiene pública.

C A P Í T U L O I I

Da higiene das vias públicas.

Art. 44 § - A ninguém é lícito sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 45 § - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e / sarjetas fronteiriças a suas residências.

§ Único - Ficam os infratores desta disposição sujeitos as multas / de Cr\$. 100,00 a Cr \$. 500,00.

Art. 46 § - Para preservar, da maneira geral, a higiene pública, ficará determinado terminantemente proibido:

I - Lavar roupas em Chafarises, fontes ou tanques situados / nas vias públicas,

II - Consentir o escoamento de águas servidas das residências / para a rua,

III - Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais / que possam comprometer o asseio das vias públicas,

IV - Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer / corpos em quantidade capaz demolestar a vizinhança,

V - Aterrar vias públicas com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos.

VI - Conduzir para a Cidade, vilas ou povoados do Município, doentes transportados com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.9,

Art. 48 º - Os estabelecimentos de indústrias que, pela emissão de fumaça, poeiras, odores ou ruídos molestos possam comprometer a salubridade / dos centros populosos, sã serão permitidos em áreas prẽ-determinadas no plano// de urbanismo da cidade.

C A P Í T U L O I I I

Da higiene das habitações.

Art. 49 º - A construção de prẽdĩos na cidade e vilas do Município obedecerã as exigências do Cõdigo de Obras e no que couber, às do Regulamentos/ Sanitãrios.

Art. 50 º - As residências urbanas ou sub-urbanas da cidade deverã ser caiadas e pintadas quando, pelo seu mau estado de conservação e limpeza, fõr exigido pela Prefeitura, referindo-se essa exigência sõmente a prẽdĩos nãõ conde nados pel Prefeitura.

§ Único - Os infratores dẽste artigo serã punidos com a multa de Cr\$: 2.000,00 a Cr\$ 5.000,00.

Art. 51 º - O lixo das habitações serã recolhido em vasilhas apro - priadas, metãlicas, do tipo aprovado pela Saũde Pũblica do Estado, providas de tampas, para ser diariamente removidas pelo serviço de limpeza pũblica.

§ 1 º - A remoção do lixo serã feita pela Prefeitura.

§ 2 º - Nãõ serã considerados lixo os resĩduos de fãbricas ou oficinas, galhos de àrvores, resĩduos de cocheiras ou estãbulos, os quais serã transportados por conta do morador do prẽdio ou proprietãrio do estabelecimento.

Art. 52 º - Nenhum prẽdio situado em via pũblica dotada de rẽde de àgua e esgoto poderã ser habitado sem que disponha dessa utilidade e seja provi- do de instalações sanitãrias.

§ Único - Os prẽdĩos, de habitações coletivas terãõ abastecimento d'ãgua, banheiras e privadas, em nũmero proporcional aos seus moradores, de acõr- do com os regulamentos sanitãrios.

Art. 53 º - Nãõ ã permitido conservar àgua estagnada nos quintais / ou pãtios dos prẽdĩos situados na cidade, vilas ou povoados.

§ Único - As providências para escoamento das àguas, estaganadas/ em terrenos particulares, competem aos respectivos proprietãrios que as executa- rãõ dentro do prazo que lhes fõr marcado na intimação, excluindo-se dessa obri- gação os pequenos proprietãrios reconhecidamente pobres, caso em que a Prefeitu- ra executarã o serviço por sua conta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.10.

§ 1º - Não é permitido a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo, nos limites da cidade, das vilas e povoados.

§ 2º - Os infratores dessa disposição terão o prazo de cinco a dez dias, contado da data da intimação, para a necessária correção da irregularidade.

Não o fazendo, ficarão sujeitos à multa de Cr\$ 500,00 além do pagamento das despesas decorrentes da que será feita pela Prefeitura.

Art. 55º - A Prefeitura procurando servir o interesse público sem sacrificar o particular, adotará medidas convenientes no sentido de extinguir, gradativamente, as residências insalubres, consideradas como tais as caracterização nos regulamentos sanitários e especialmente as:

- I - Edificadas sobre terreno úmido ou alagadiço;
- II - Com cômodos insuficientemente arejados ou iluminados;
- III - Em que houver falta de asseio geral no seu interior e dependências;
- IV - Com superlotação de moradores;
- V - Com porões servindo simultaneamente de Habitação para homens e depósito de materiais de fácil decomposição, ou de habitação para homens e animais em promiscuidade;
- VI - Que não dispuserem de abastecimento d'água suficiente e as indispensáveis instalações sanitárias;

Art. 56º - Serão vistoriadas, pelo funcionário, que para tal for designado, as habitações insalubres, afim de se verificar:

I - Aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuar prontamente os reparos devidos, podendo fazê-lo sem desabitá-los;

II - Às que por suas condições higiênicas, estado de conservação ou defeito de construção não puderem servir de habitação sem grave prejuízo para a segurança e saúde pública.

§ 1º - Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio em prazo fixado pela Prefeitura, sob pena de multa estabelecida / no Art. 54º, não podendo reabri-los antes de executarem os melhoramentos exigidos.

§ 2º - Quando não for possível a remoção da insalubridade do prédio, devido a natureza do terreno em que estiver construído ou outra causa equivalente, será o prédio interditado definitivamente condenado.

§ 3º - O Prédio interditado não poderá ser utilizado para qualquer / mister.

Art. 57º - Os infratores do Art. 56º incorrerão na multa de Cr\$ 1.000,00 a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ
.11.

CAPÍTULO IV

Da higiene da alimentação e dos estabelecimentos comerciais e industriais.

Art. 589-A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio, e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

§ Único -Para os efeitos deste Código, e de acordo com o Regulamento de Saúde Pública do Estado, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas destinadas a ser ingeridas pelo homem, executados os documentos.

Art. 599-É proibida vender ou expor à venda em qualquer época do ano, frutas verdes, podres ou mal amadurecidas, bem como legumes deteriorizados, sob pena de multa, apreensão e inutilização dos mesmos.

Art. 609-Não será permitida a venda de quaisquer gêneros alimentícios deteriorizados, falsificados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado a inutilização dos mesmos.

§ Único -Se julgar necessário o funcionário encarregado da fiscalização, solicitará ao Prefeito, que requisi-te a presença da autoridade policial, intimando o comerciante a assistir a remoção e inutilização do material apreendido.

Art. 619-O fabricante de bebidas ou de quaisquer produtos alimentícios que empregar substâncias ou processos nocivos a saúde pública, perderá os produtos fabricados ou em fabricação, os quais serão inutilizados, além de incorrer o fabricante, na multa de Cr\$.4.000,00 à Cr\$.10.000,00. Na reincidência, poderá ser cassada a licença de fábrica.

Art. 629-A mesma penalidade do artigo anterior está sujeito o fabricante ou comerciante de bebidas, ou produtos alimentícios que, por qualquer processo, adulterá-los ou falsificá-los.

Art. 639-Incorrerão na mesma penalidade do artigo 629 o comerciante/que, tendo conhecimento de falsificação, vender ou expuser à venda produtos falsificados ou adulterados.

Art. 649-Os edifícios, utensílios e vasilhames, das padarias, hotéis, cafés, restaurantes, confeitarias e demais estabelecimento onde se fabriquem ou vendam gêneros alimentícios, serão conservados sempre com o máximo asseio e hi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.12.

§ Único - Os oficiais ou empregados usarão, durante o trabalho, blusas brancas apropriadas, rigorosamente limpas.

Art. 66º - Nenhuma licença será concedida para instalação de barbearias, cafês, hotéis, restaurantes, confeitarias, e congêneros, sem que os mesmos sejam dotados de aparelhamento de esterilização.

Art. 67º - Os infratores do disposto nos artigos 59, 60, 64 e 65 incorrerão na multa de Cr\$. 500,00 a Cr\$.1.000,00.

TÍTULO IV

Da Polícia de Costumes, Segurança e Ordem Pública.

Art. 68º - A Prefeitura exercerá, em cooperação com os poderes/ do Estado, as funções de Polícia de sua competência, regulamentando-as e estabelecendo medidas preventivas e repressivas no sentido de garantir a ordem, a moralidade e a segurança pública.

CAPÍTULO I

Dos Costumes e da tranquilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos.

Seção I

Da Moralidade e do sossego público.

Art. 69º - Não serão permitido banhos nos rios, correjos ou lagoas, da cidade, vilas, ou povoados. Poderá ser designado local apropriado para banhos ou esportes náuticos, devendo as pessoas que neles tomarem parte apresentarem-se com trajes apropriados e de modo decente.

Art. 70º - As casas de comércio não poderão expor em suas vitrines gravuras, livros ou escritos obscenos, sujeitando-se os infratores a multa / sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 71º - Os proprietários de bares e demais estabelecimentos/ que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela boa ordem dos mesmos.

§ Único - As desordens porventura verificadas nos referidos estabelecimentos sujeitarão os proprietários a multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento, nas reincidências.

Art. 72º - É expressamente proibido, sob pena de multa:

I - Pertubar o sossego público com ruídos ou com sons / excessivos, evitáveis, como tais:

a) As Buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

.13.

d) - Os morteiros, bombas, bombinhas e demais fôgos raídozos, sem licença da Prefeitura;

e) - Os produzidos por arma de fôgo;

f) - Apitos, silvos de sereiras de fabricas, cinemas, etc, por mais de trinta segudos ou depois de 22 horas;

II - Promover batuques, congadas e outros divertimentos congêneres na Cidade, vilas e povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta vedação dos bailes e reuniões familiares.

Art. 73 º - Os infratores das disposições dos artigos 69 º a 72 º, incorrerão em multas de Cr\$.500,00 a Cr\$.1.000,00.

SEÇÃO II

Da Medicância.

Art. 74 º - Só será tolerada a mendicância, até que esteja, satisfatoriamente resolvido o problema de assistência social no Município.

Art. 75 º - Será considerado mendigo o indivíduo maior que provavelmente necessitar de esmolas, por não dispor de recurso algum, não poder ganhar a vida pelo trabalho e não ter parentes com obrigação de prestar-lhe alimentos, nos termos da Lei.

Art. 76 º - Nenhum indivíduo poderá pedir esmolas sem apresentar o Cartão de Identidade fornecido gratuitamente pela Prefeitura ou autoridade Policial, aos que forem inscritos em livros próprios da Municipalidade ou da Delegacia Policial.

§ Único - Não estão compreendidos na proibição deste artigo as pessoas que esmolarem para casas de Caridade ou Instituições de beneficência.

Art. 77 º - Só será feita a inscrição de mendigos naturais do Município, ou que nele residem há mais de dois anos.

§ Único - Feita a inscrição será fornecido ao mendigo o Cartão de Identidade a que se refere o Artigo 76º-.

Art. 78 º - Será encaminhado à autoridade policial todo indivíduo que for encontrado a mendigar sem estar inscrito pela forma indicada nos artigos anteriores.

§ Único - Considerado mendigo, será devidamente inscrito, salvo se não for natural, deste Município ou neste não residir há mais de dois anos, hipótese em que será reconduzido a Sede do Município de sua naturalidade ou de onde haja procedido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

,14,

Art. 80 § - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Art. 81 § - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências / regulamentares referentes a construção e higiene do edifício, e procedida a vistoria policial, e sempre que couber será exigida a prova de pagamento de direitos autorais.

Art. 82 § - Para armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até ao máximo de Cr\$: 1.500,00, para garantia de despesas com eventual decomposição do logradouro.

§ Único - O depósito será restituído integralmente se não houver necessidades de reparos. Em caso contrario, serão deduzidos do mesmo as despesas feitas com a recomposição.

Art. 83 § - Em todas as casas de diversões públicos serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras;

I - As portas e os corredores para o exterior serão amplas e / conservar-se-ão sempre livres de grades móveis, ou qualquer objeto que possa dificultar a retirada rápida do público, em caso de emergência;

II - Durante os espetáculos, deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com espelhos ou cortinas;

III - Haverá instalações independentes para homens e senhoras.

Art. 84 § - Para o funcionamento de Cinemas, serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - São poderão funcionar em pavimentos térreos;

II - Os aparelhos de projeção em cabines, de fácil saída, construída de materiais incombustíveis;

III - Serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de aparelhos extintor de incêndio, Digo, de aparelhos extintor de fogo instalados na cabine e na sala de projeção.

Art. 85 § - Em todas as casas de diversões públicas serão reservadas lugares destinados as autoridades policiais e municipais, encarregadas da fiscalização.

Art. 86 § - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao enunciado, nem número excedente a lotação da casa.

Art. 87 § - Os programas anunciados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se depois da hora marcada.

§ Único - Em caso de modificação do programa ou transferência de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

Art. 88 § - Disposições do artigo anterior aplicam-se também às competi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

,15.

Art. 89 9 - Os empresários ou promotores de divertimentos públicos serão responsáveis pela fiel observância das disposições dos artigos 80 e 88, sendo punidos nas infrações, com multa de Cr\$.4.000,00 a Cr\$ 7.000,00.

Art. 90 9 - Os prédios ou construções de qualquer natureza que por mau estado de conservação ou defeito de execução, ameacem ruína, oferecendo perigo ao público, serão reparados ou demolidos pelos proprietários, mediante intimação da Prefeitura;

§ 1 9 - Será multado em Cr\$, 5.000,00 o proprietário que dentro do prazo marcado da intimação não fizer a demolição ou reparação determinada.

§ 2 9 - Não cumprindo o proprietário a intimação, a Prefeitura interdirá o prédio ou construção se o caso for de reparo e até que este seja realizado, se o caso for de demolição a Prefeitura procederá a esta, mediante ação judicial.

§ 3 9 - Em qualquer dos casos previstos no parágrafo precedente, as despesas que a Prefeitura realizar correrão por conta do proprietário.

Art. 91 9 - Nos prédios que estejam localizados fora do alinhamento do logradouros e que em virtude da execução do plano diretor, devam ser oportunamente desapropriados, não serão permitidas reformas, modificações ou consertos/ que importem em novos onus na execução do referido plano, salvo as benfeitorias, na forma de Lei.

§ Único - A proibição de que trata este artigo não se entende a pintura dos prédios na parte interna e nem a pequenos consertos nas instalações de água e esgotos e eletricidade.

Art. 92 9 - O processo relativo a condenação de prédios ou construção, nos termos do artigo 929 deverá observar as seguintes condições:

I - Comunicação da Prefeitura ao proprietário de que o prédio vai ser vistoriado;

II - Lavratura após a vistoria, de termo em que se declarará condenado o prédio, se essa medida for julgada necessária; a vistoria poderá ser realizada a juízo do Prefeito, por um só perito, ou uma comissão de três, da qual faça parte um indicado pelo proprietário;

III - Em seguida, expedição de notificação, mediante recibo/ ao proprietário. Recusado-se este a firmar o recibo será feita declaração de ato perante duas testemunhas.

§ 1 9 - Desta decisão poderá o proprietário interpor recurso dentro de 20 dias a partir da intimação.

§ 2 9 - No caso de interposição de recurso, será construída uma comissão arbitral, que julgará o caso, correndo as despesas, se as houver, por parte da parte vencida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 94 ¹⁶ - Todo que constituir perigo para os cidadãos ou propriedade pública ou particular será removida pelo seu proprietário ou responsável, no prazo de dez dias contados da intimação.

§ Único - Se o proprietário ou responsável não cumprir a intimação será multado em Cr\$.3.000,00 além de sujeitar-se as despesas de remoção feita pela Prefeitura.

SECCÃO IV

DAS CONSTRUÇÕES DE PRÉDIOS EM GERAL E OUTRAS DISPOSIÇÕES.

Art. 95 - Nenhuma construção, reconstrução, acréscimo e reforma / ou pintura de prédios, poderá ser iniciada sem que o proprietário esteja munido do / competente Alvará de Licença expedido pela Prefeitura.

§ Único - Os infratores incorrerão na multa de Cr\$.2.000,00 a Cr\$.5.000,00.

Art. 96 - É proibido a reforma em geral e pintura na parte externa de prédios comerciais ou residenciais, situados no perímetro urbano da cidade / que sejam construídos de madeira, que no entender da Prefeitura, não satisfaça as exigências do embelezamento, estética e desenvolvimento da Cidade.

§ Único - Os infratores deste Artigo incorrerão na multa de Cr\$,... Cr\$.1.500,00 a Cr\$ 4.000,00

Art. 97 - O alvará de licença será obtido mediante requerimento / do interessado a Prefeitura, no qual será indicado o local da construção, reconstrução ou reforma da obra, ao fim a que se destina, tendo previsto para a construção a apresentação no respectivo projeto com os seguintes elementos:

- a) - Planta dos diversos pavimentos, do telhado e das dependências, com indicação do destino do compartimento devidamente contados;
- b) - Planta do porão;
- c) - Elevação das fachadas, gradis ou muros para a via pública;
- d) - Secção transversal e longitudinal do edifício;
- e) - Planta de locação com;
- 19) - A posição do edifício em relação às divisas do terreno;
- 29) - A Orientação;
- 39) - Os perfis longitudinais e transversais do terreno, tomando o meio fio como referência do nivelamento;
- f) - Planta da situação em relação as esquinas mais próximas com indicações das distâncias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

17.

§ Único - Quando o título de propriedade não apresentar o caracter definitivo, ou tratar-se da escritura, ou de cardeneta de compromisso de Compra e Venda, é obrigatório a prova do título de propriedade do vendedor compromissário, salvo o caso de lotes aprovados pela Prefeitura cujo proprietário ou foreiros tenham af os seus títulos arquivados e lotes pertencentes a mesma.

Art. 989 - As dependências como garagem, cocheiras, instalações sanitárias externos ou celeitos, dependem de Alvará de construção, quando construídos posteriormente a Habitação principal.

Art. 999 - Ficam isentos de Alvará de Licença e de apresentação de projetos dependendo, porém de autorização da Prefeitura:

a) - As dependências não destinadas a habitação desde que tenham fim comercial ou industrial, como galinheiros, carramanchões, etc., quando executados depois da construção do edificio principal;

b) - O serviço de limpeza, pintura, consertos, e pequenas reformas de prédios, quer internos ou externamente uma vez que não alteram a construção em parte essencial e não dependam de andaime e tapumes;

c) - A reconstrução de muros ou grades, em que as fundações estejam em alinhamento não sujeitos a modificação.

Artº. 1009- As plantas serão assinadas pelo proprietário ou procurador, pelo construtor e pelo autor do projeto, apresentadas em duas vias sem emendas, rasuras ou explicações que as modifiquem.

Artº. 1019 - Durante a construção, si houver mudanças de construção, o proprietário ou seu procurador, deverá comunicar, o qual consigo assinará a referida comunicação.

Artº 1029 - As escalas admitidas serão de 1,100 para plantas dos pavimentos, porão e dependências 1,50 para a secção e elevações, 1.500 para as plantas de situação, 1.200 para o perfil do terreno e 1,20 para os detalhes.

§ 19 - As escalas não dispensa a indicação das cõtas, que sempre prevalecerão sobre as medidas tiradas do desenho.

§ 29 - Serão observadas nas plantas as convenções seguintes: tinta preta, indicando partes conservadas; tinta vermelha construção nova; tinta amarela parte a demolir; tinta azul obra concreto armado; tinta terra siena: as partes de madeira.

§ 39 - O Prefeito Municipal terá o livre arbitrio de admitir plantas sem as exigências deste artº. e seus parágrafos 19 e 20 a época em que o desenvolvimento local venha a exigir tal medida.

Artº 1039 - Durante a construção ou reconstrução, si o proprietário pretender modificar o projeto aprovado, só poderá fazer mediante as For



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

-18-

- a) - altura máxima do edifício
- b) - altura mínima dos pés direitos
- c) - espessura mínima das paredes
- d) - superfície mínima do piso dos compartimentos
- e) - superfície mínima de iluminações
- f) - máxima de saliências
- g) - dimensões mínimas das áreas

§ 2º - As alterações serão anotadas em ambas as vias das plantas aprovadas quando então poderão ser executadas,

Artº 104º - Aprovadas e rubricadas as plantas, uma das vias ficará arquivada na Prefeitura e a outra será entregue a parte, depois de pagos os emolumentos devidos.

§ - Único - Os construtores deverão ter na obra o Alvará e as plantas aprovadas para que seja acessíveis a fiscalização da Prefeitura, durante as horas de trabalho.

Artº 105º - As construções para qualquer fim no alinhamento, só serão admitidas caso satisfaçam as exigências dos artigos 95º e 97º.

§ 1º - As construções abedecerão um afastamento mínimo de um metro e meio das divisas laterais dos terrenos, sempre que apresentarem aberturas de portas e janelas, para os mesmos.

§ 2º - Os afastamentos laterais poderão ser suprimidos, quando - houver ausência de abertura nas paredes confrontantes e essas paredes forem de alvenaria de tijolos e tiverem calhas platibandas. Em hipótese alguma será permitida a construção de paredes de madeira sobre a divisa.

Artº 106º - Qualquer outra construção, obedecerá aos afastamentos mínimos de quatro metros de alinhamento e um metro e meio das divisas laterais.

§ - Único - Para o caso de obras, Ruas e Avenidas o recuo mínimo de quatro metros de alinhamento predial poderá ser aumentado, a critério da Prefeitura.

Artº 107º - Quando as construções, no alinhamento, atingirem a altura de um metro, os construtores deverão pedir verificação do alinhamento e de nivelamento (muros, grades, edifício) do Departamento de Obras e Viação. Só após o visto desse Departamento e que as construções poderão prosseguir.

§ - Único - Será cominada a multa de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 3.000,00 (treis mil cruzeiros), aos infratores da determinação do presente artigo, não podendo, também as construções prosseguir enquanto não obedecerem o alinhamento e nivelamento para elas estabelecidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

-19-

(cinco mil cruzeiros), e só poderão dar andamento das obras depois de demitirem as peças que não forem vistoriadas.

Artº 109º - As argamassas a serem usadas nas construções - de alvenaria de tijolos ou de pedras, serão constituídas de cal e areia, cimento e areia ou cal cimento e areia. Todas essas matérias devem ser de boa qualidade. Não é permitido o uso de barro, saibros, lama ou material semelhante para substituir as argamassas citadas, no assentamento de tijolos ou pedras.

§ - UNICO - A não observância deste artigo importará em interdição das obras, até que sejam satisfeitas as exigências legais, incorrendo o responsável na multa de Cr\$ 500,00.

Artº. 110º - O acabamento das construções devem ser o mais perfeito possível, os materiais nelas empregados devem ser de qualidade apropriada ao fim a que se destinem, isentos de imperfeição que lhes possam diminuir, a resistência e duração.

§ - UNICO - No caso de verificação, o Departamento de Obras e Viação, durante a execução das obras, que qualquer material empregado e de qualidade inferior, capaz de comprometer as seguranças das mesmas, interditará e fazendo demolir as partes feitas com esse material, e impondo ao responsável a multa de Cr\$ 3.000,00.

Artº. 111º - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição, no alinhamento das vias públicas, poderá ser iniciada sem a colocação de um tapume provisório de madeira, de modo a não incomodar os transeuntes e os prédios vizinhos.

§ 1º - A Colocação dos tapumes deverá obedecer as determinações do departamento de Obras e Viação.

§ 2º - Os materiais de construção não podem permanecer no leito das vias públicas.

§ 3º - Os infratores de qualquer das partes deste Código, incorrerão na multa de Cr\$ 100,00.

Artº 112º - Ao departamento de Obras e Viação compete fiscalizar a execução das obras e aplicar as cominações estabelecidas neste Código.

Artº 113º - As obras que não forem executadas de acordo com a planta aprovada serão interditadas até a sua legalização.

§ 1º - Ao profissional responsável pela obra será aplicado a multa de Cr\$ 1.500,00,-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 30 -

trução e quem responderá pelas infrações que forem observadas durante a sua execução.

§ Único - Quando se tratam de obras que não dependem de a provação de planta, as intimações serão feitas em nome do proprietário, que responderá também pelas multas.

Artº. 116º - Os Alvarás de Licença, não utilizados no prazo de 01 (um) ano, deverão ser validados mediante requerimentos e sujeito a novos alinhamentos e nivelamentos e mais disposições que vigorarem na ocasião do pedido de revalidação.

Artº 117º - Fica determinantemente proibida a construção, reconstrução, acréscimo e reformas de casas exclusivamente de madeiras, na primeira zona da Cidade de Guaíra, devendo ser adotado a qualquer desses casos, o emprego de alvenaria numa área mínima de dois metros de fundo por toda a fachada da obra, exceto os depósitos, de materiais para construção de alvenaria, os quais deverão ser demolidos após o término da obra.

§ 1º - Considerando a dificuldade de carência do material necessário e execução dos trabalhos, previstos neste Artigo, é concedido o prazo de 02 anos para as regularidades das obras que estiverem em desacordo com o presente Artigo.

§ 2º - As obras iniciadas após a aprovação deste Código, é concedido o prazo de um ano para a Prefeitura da Frente de material de alvenaria, devendo o proprietário ao iniciar a obra deixar no alinhamento os 02 (Dois) metros previsto neste artigo.

Artº 118º - Fica a critério da Prefeitura estabelecer as zonas residenciais, industrial e comercial da Cidade. Assim só poderão ser construídas:

- a) - na zona residencial, prédios recuados do alinhamento
- b) - na zona comercial, prédios situados no alinhamento com
- I - C) - número mínimo de pavimentos exigidos pela legislação, Municipal vigente
- II - d) - na zona industrial, prédios destinados a armazéns, fábricas, etc., no alinhamento predial ou recuados, não sendo permitida a construção de casas residenciais.

Artº. 119º - Quando se tratar de construção de casas econômicas, atendendo as finalidades sociais, poderá a Prefeitura reduzir no mínimo as exigências técnicas previstas neste Código.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 21 -

Artº - 120º - Terminada a construção, reconstrução ou reforma de um prédio, qualquer que seja o seu destino, não poderá ser habitado ou utilizado sem previo exame, a fim de se verificar se as obras foram executadas de acordo com o projeto aprovado.

Artº - 121º - São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, calcular, dirigir a execução de obras, aqueles - que satisfaçam as disposições do Decreto Lei Federal nº 23.569 de 11 de Dezembro de 1943 e do Decreto Lei nº. 8.620 de 10 de Janeiro de 1946, no qual se determina que sã poderão ser admitidos nas concorrências para serviços públicos de engenharia e agrimenssura, e encarregados da execução de tais serviços profissionais que exibam recibo que prove quitação de suas anuidades, na forma estabelecida no referido Decreto.

Artº - 122º - Os profissionais, deverão registrar na secção - competente desta Prefeitura as respectivas carteiras profissionais, expedidas, ou Visadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 7º Região.

SECÇÃO V

Da numeração dos Prédios.

Artº. - 123º - A Numeração dos prédios far-se-ã atendendo-se as seguintes normas:

I - o número de cada prédio corresponderã a distância em metros, medida sôbre o eixo do logradouro público, desde o início deste até o meio da soleira do portão ou porta principal do prédio.

II - Fica entendido por eixo do logradouro público a linha equidistante em todos os seus pontos do alinhamento deste.

III - Para efeito de estabelecimento do ponto inicial a que se refere o item I, obedecer-se-a ao seguinte sistema de orientação: As vias públicas cujos eixo se colocar, sensivelmente, nas direções norte-sul, Leste - Oeste, serão orientadas, respectivamente do norte para o sul e leste para Oeste; as vias publicas que se colocarem em direção diferente das acima citadas serão orientadas do quadrante noroeste para o quadrante sudoeste e do quadrante nordeste para o quadrante sudoeste.

IV - A numeração será para a direita o impar e esquerda do eixo da via pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 22 -

§ - Único - As placas de que trata este artigo terão forma retangular de dimensões de dezessete centímetros por nove centímetros e serão de ferro esmaltado com fundo de cor.

Artº. - 125º - Somente a Prefeitura poderá colocar, remover substituir as placas de numeração, do tipo oficial, cabendo ao proprietário a obrigação de conservá-las.

Artº - 126º - Os proprietários de prédios numerados pelo sistema adotado ficarão sujeitos ao pagamento da taxa de Cz\$ 40,00, correspondente ao preço da placa e a sua colocação.

§ - 1º - O pagamento de que trata este artigo será feito dentro de trinta dias a contar da data da publicação do aviso, determinando as ruas em que será executado o emplacamento dos prédios.

§ - 2º - A numeração de novos prédios e das respectivas habitações será designada por ocasião do processamento da licença para a construção, sendo também paga, na mesma ocasião, a taxa de numeração.

§ - 3º - Sendo necessário novo emplacamento por extravio - ou inutilização da placa, será exigido novamente o pagamento da taxa de que trata este artigo.

Artº - 127º - Todos os prédios existentes ou que vierem a ser construídos na cidade, vila ou povoados serão obrigatoriamente numerados - de acordo com as disposições constantes dos artigos desta Seção e seus parágrafos.

§ - 1º - É obrigatória a colocação da placa de numeração - do tipo oficial com o número designado pela Prefeitura.

§ - 2º - É facultativo a colocação da placa artística com o número designado, sem dispensa, porém, da colocação e manutenção da placa oficial que deverá ser colocada em lugar visível, no muro de alinhamento, na fachada ou outra qualquer parte entre o muro de alinhamento e a fachada, não podendo ser colocada em ponto que fique a mais de dois metros e meio do alinhamento, e a de distância maior de dez metros em relação ao alinhamento.

§ - 3º - Quando existir mais de uma casa no interior de um Terreno, ou se tratar de casas geminadas, cada habitação, deverá receber numeração própria, com referencia, sempre porém a numeração da entrada do logradouro público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 23 -

com o disposto nos artigos e parágrafos anteriores, bem como dos que apresentarem defeito de numeração.

Artº - 128º - É proibida a colocação de placa de numeração com numero diverso do que tenha sido oficialmente indicado pela Prefeitura, - ou que importe na alteração do numeração Oficial.

Artº - 129º - Os infratores das disposições desta Secção, ficam sujeitos à multa de Cz\$ 100,00. Cobrada em dôbro em caso de reincidência.

SECÇÃO VI

Das Vias e Logradouros Públicos.

Artº - 130º - Todas as ruas; avenidas, travessas ou praças públicas, serão alinhadas e niveladas, em conformidade com o plano direto preestabelecido.

§ - Único - O alinhamento e nivelamento abrangerão também o prolongamento das vias públicas já existentes e a abertura de novas, segundo o permitam as condições de terreno de forma a assegurar o desenvolvimento máximo da área povoada.

Artº - 131º - Nenhuma rua, avenida, travessa ou praça poderá ser aberta, sem prévio alinhamento e nivelamento autorizado pela Prefeitura, observando o plano direto.

Artº - 132º - Os cruzamentos de novas ruas ou avenidas serão de preferência em ângulo reto, salvo quando se tratar de prolongamento de outras já existentes.

Artº - 133º - A Prefeitura, sempre que julgar necessária, a abertura, alargamento ou prolongamento de qualquer via ou logradouro público, poderá promover acordo com os proprietários dos terrenos marginais no sentido de obter o necessário consentimento para a execução do serviço, que mediante pagamento das benfeitorias e do terreno, quer independentemente de qualquer indenização.

§ - Único - No caso de não consentimento ou oposição por parte do proprietário, a execução do plano diretor, a Prefeitura promoverá nos termos da legislação vigente a desapropriação da área que julgar necessário.

Artº - 134º - Qualquer sub-divisão ou loteamento de terras



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 24 -

II - apresentar título definitivo, junto a petição dirigida à Prefeitura, da propriedade devidamente registrada de acordo com a legislação Federal em vigor;

III - na planta deverá constar a situação da vila, em relação a cidade, sede do Município e Cidade mais próxima onde estiver situada a área sub-dividida;

IV - provar que o proprietário está quites com os cofres públicos Municipais.

Artº - 135º - Todas as ruas das vilas de que trata o artigo anterior, deverão ter no mínimo 15 metros de largura e obedecendo o traçado da cidade.

Artº - 136º - Nas respectivas sub-divisões de Vilas ou Patrimônios deverão ser observadas as reservas oficiais para logradouros públicos/Municipais, Estaduais e Federais.

§ - Único - Deverá acompanhar os competentes projetos o memorial descritivo em geral, constando a qualidade de datas, áreas destas, que não poderá ser inferior a 350 metros quadrados, atitude, situação do solo, etc.

Artº - 137º - Será permitida a venda de datas, somente depois de reconhecida, a sub-divisão e respectivos mapas que acompanhará o alvará de Licença e talão de imposto e taxas correspondente a Lei tributária do Município.

Artº - 138º - A Prefeitura não fornecerá Alvará de Licença aos interessados que não observarem as condições estabelecidas na Seção VI do presente Código.

Artº - 139º - A Prefeitura procederá a nomenclatura e emplacamento das ruas, avenidas e praças.

Artº - 140º - Compete a Prefeitura a execução dos serviços de calçamentos, arborização e conservação das ruas e praças, assim, como a construção e conservação de jardins e parques públicos e aos proprietários a construção dos passeios e a sua conservação.

§ - Único - Quando os passeios forem de pedras, os proprietários são obrigados a cimentar os interstícios.

Artº - 141º - Compete a Prefeitura lançar o meio fio para



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 25 -

§ - Único - Si dentro do prazo estabelecido neste artigo o proprietário não realizar os trabalhos de calçamento, as obras serão executadas pela Prefeitura, cabendo as despesas que a Prefeitura realizar por conta - do proprietário, com 40% (quarenta por cento) de acréscimo sobre o total correspondente a Administração Municipal.

Artº - 143º - Em caso de não pagamento ou de recusa do pagamento por parte do proprietário, será feita a cobrança judicialmente, correndo por conta do mesmo todas as despesas do processo e custas legais.

Artº. 144º A prefeitura organizará periodicamente uma relação das ruas ou trechos de ruas que tenham mais do terço dos lotes, edificados, bem como o orçamento para o respectivo calçamento classificando-as segundo a sua localização, intensidade de trânsito e o valor das edificações nelas existentes.

Artº - 145º - É facultado aos proprietários marginais de qualquer trecho de rua requerer a Prefeitura a execução imediata do calçamento mediante satisfação integral do preço orçado para a pavimentação.

Artº - 146º - Não é permitido fazer aberturas no calçamento ou escavações nas vias públicas, senão em casos de serviços de utilidade pública, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura-

§ - Único - Ficará a cargo da Prefeitura a recomposição da via pública correndo, porém, a despesa por conta daquele que houver dado causa ao serviço.

Artº - 147º - Qualquer serviço de abertura de calçamento ou escavações na parte central da cidade só poderá ser feita em horas previamente determinadas pela Prefeitura.

Artº - 148º - Sempre que da execução do serviço resultar a abertura de valas que atravessem os passeios. Será obrigatória a adoção de ponte provisória, afim de não prejudicar ou interromper o trânsito.

Artº - 149º - As firmas ou empresas que, devidamente autorizadas, fizerem escavações nas vias públicas, ficam obrigadas a colocar tabuletas convenientemente dispostas, com aviso de trânsito impedido ou perigo e colocar nesses locais sinais luminosos vermelhos durante a noite.

Artº. 150º - A abertura de calçamento ou as escavações nas vias públicas deverão ser feitas com as precauções devidas, de modo a evitar



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 26 -

do lixo desta e das habitações. Compete aos proprietários, inquilinos ou responsáveis, a remoção dos resíduos outros que não o lixo das habitações, tais como: galhos de árvores ou folhas resultantes da poda e asseio dos jardins e quintais estrumes das cocheiras ou estabulos ou outros resíduos das fábricas e oficinas.

Artº - 152º - Sob pena de multa, ficam os danos ou empreiteiros de obras uma vez concluídas estas, obrigada a pronta remoção dos restos/ de materiais ou quaisquer objetos deixados nas vias públicas.

Artº - 153º - A remoção do lixo das habitações, bem como/ a verredura das vias públicas, serão feitas em horas determinadas pela Prefeitura, e que melhor consultar os interesses da saúde pública.

Artº - 154º - Os proprietários ficam obrigados a manter, os prédios e muros em bom estado e conservação nos lados que dão para as vias públicas, bem como para aparar as árvores de seus quintais ou jardins quando as mesmas avançarem para a rua. Prefeitura cimentará todos os interstícios das pedras das sarjetas da cidade.

§ - Único - Para a necessária remoção do lixo, os proprietários ou inquilinos deverão depositá-los junto aos portões de suas residências, em caixa apropriadas pela manhã em dias previamente designados para a coleta.

Artº - 155º - Aos infratores das disposições desta Secção serão punidos com as multas de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1.500,00.

SECÇÃO VII

DO EMPLACAMENTO

Artº - 156º - A colocação nas vias públicas, de cartazes, placas, letreiros ou anúncios, para fins de publicidade ou propaganda de qualquer espécie, depende de prévia autorização da Prefeitura, reservando em qualquer hipótese a propriedade particular.

Artº - 157º - O pedido de licença para a publicidade ou - propaganda a que se refere o artigo precedente devem conter:

- a) - indicação dos locais em que serão colocadas;
- b) - natureza do material de confecção
- c) - dimensões;
- d) - inscrições e dizeres.

Artº - 158º - Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar:

- a) - sistema de iluminação a ser adotado;
- b) - Tipo de iluminação, se fixa, intermitente ou movimentada
- c) - discriminação das faixas luminosas e do anúncio e - das cores empregadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 27 -

§ - unico - Os anúncios luminosos serão colocadas a uma altura mínima de dois metros e meio acima do passeio.

Artº - 159º - Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

- a) - obstruam, interceptam ou resuzam o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras;
- b) - pelo seu número e má distribuição possam prejudicar o aspecto da fachada;
- c) - pintadas diretamente sobre muros e fachadas;
- d) - sejam ofensivas a moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduo crenças e instituições.

Artº. - 160º - Além das proibições a que se refere o -- Artº precedente, não será permitida a colocação de anuncios de natureza permanente:

- a) - nos terrenos baldios na zona central da cidade;
- b) - sobre muros, muralhos e grades de parques e jardins,
- c) - quando prejudicarem o aspecto paisagístico ou perspectiva panorâmica;
- d) - nos edificios publicos.

Artº - 161º - Não serão permitidos anúncios ou reclames/ que por qualquer motivo, acarretem prejuizo a população e a limpeza pública.

Artº - 162º - A colocação de mastros nas fachadas é permitida sem prejuízo de estetica das fachadas e da segurança publica.

Artº - 163º - Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) - apresentarem perfeitas condições de segurança;
- b) - terem largura do passeio, até o máximo de dois me--tros;
- c) - não causarem danos as arvares, aparelhos de iluninação e redes telefônicas e distribuição de energia elétrica;
- d) - garantirem a necessária dos operários, com relação, às redes de energia elétrica.

Artº - 164º - Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, - que deverá ocupar uma faixa de largura, no mínimo, igual a metade do passeio.

§ - único - Dispensa-se o tapume quando:

- a) - tratar-se da construção ou reparo de muros ou gra--des com altura máxima de 01 metro e 80 centrimetros;
- b) - tratar-se de pinturas ou pequenos reparos em edifi--cios;
- c) - for construido estrada elevado em anteparos fechados



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 28 -

com altura mínima de 45 graus para fora.

Artº - 165º - Poderão ser armados coretos provisórios nos logradouros públicos para festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que observem as condições seguintes:

- a) - aprovação da Prefeitura e sua localização;
- b) - não perturbarem o trânsito público;
- c) - não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas fluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades, os estragos por ventura realizados;
- d) - serem removidos no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar do encerramento dos festejos.

Artº - 166º - As bancas para a venda de jornais e revista satisfaçam as seguintes condições:

- a) - terem sua localização aprovada pela Prefeitura;
- b) - apresentarem bom aspecto quando a construção;
- c) - não perturbarem o trânsito público;
- d) - serem de fácil remoção.

Artº - 167º - Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente ao testado do edifício desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de dois metros e meio.

§ - único - A concessão da necessária licença pela Prefeitura, será precedida da taxa respectiva.

Artº - 168º - A instalação de pontes de linhas telefônicas e de força e luz, bem assim a colocação de caixas postais, extintores de incêndio, na via pública, dependem de autorização da Prefeitura.

§ - única - Não será permitida a instalação de postes de linhas telegráficas, telefônicas ou de força e luz na parte de logradouros públicos, salvo se houver refúgio central.

Artº - 169º - Nos logradouros particulares, com licença, da Prefeitura, e facultado aos interessados prover e custear a respectiva arborização, mediante aprovação da Prefeitura, dos respectivos planos.

Artº - 170º - Nas árvores dos logradouros públicos não se rá permitida a colocação de cartazes e anuncios, nem a fixação de cabos ou fios.

Artº - 171º - As infrações das disposições desta Secção - serão punidas com a multa de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 600,00, elevadas ao dobro nas reincidências.

SECÇÃO VIII

DAS ESTRADAS E CAMINHOS PÚBLICOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 29 -

Artº - 172º - As estradas e caminhos públicos, a que se refere esta Secção são as que se destinam ao livre trânsito público, construído ou conservado pelos poderes administrativos.

§ - Único - São Municipais as estradas e caminhos construídos e conservados pela Prefeitura e situados no território do Município.

Artº - 173º - Quando necessário a abertura, alargamento ou prolongamento de estradas, a Prefeitura promoverá acôrdo com os proprietá-
rios dos territórios marginais para obter o necessário consentimento.

§ - Único - Não sendo possível o ajuste amigável, a Pre-
feitura promoverá a desapropriação por utilidade pública nos termos da legisla-
ção em vigor.

Artº - 174º - Na construções de Estradas Municipais ob-
servar-se-ão as seguintes condições:

a) - Largura total mínima de oito metros, sendo seis me-
tros a largura mínima da pista;

b) - rampa máxima de 10% (dez por cento);

c) - raio de curva mínima de trinta metros.

§ - Único - tratando-se de caminhos, a largura mínima -
será de seis metros compreendendo as faixas laterais de proteção.

Artº - 175º - Sempre que os Municipais representarem a
Prefeitura, sobre a conveniência de abertura ou modificações de tração de es
tradas e caminhos municipais, deverão instruir a representação com memorial jus
tificativo.

Artº - 176º - Para mudança, dentro do limite de seus -
terreno, de qualquer estrada ou caminho público, deverá o respectivo proprietá-
rio requerer a necessária permissão a Prefeitura, juntando ao pedido projeto do
trecho a modificar-se e um memorial justificativo de necessidade de vantagens.

§ - Único - Concedido a permissão, o requerente fará a
modificação a sua custa, sem interromper o trânsito, não lhe assistindo direito
a qualquer indenização.

Artº - 177º - Os proprietários dos terrenos marginais -
das estradas ou caminhos públicos não poderão, sob qualquer pretexto, fechá-los
danifica-los ou diminuir-lhes a largura, impedir ou dificultar o trânsito por
qualquer meio, sob pena de multa e obrigações de repor a via pública no seu es-
tado primitivo, no prazo de 1he fôr marcado.

§ - Única - Não fazendo o infrator a reconposição, a
Prefeitura a promoverá cobrando-lhe as despesas efetuadas.

Artº - 178º - Os proprietários dos terrenos marginais ,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 30 -

não poderão impedir o escoamento das águas de drenagens de estradas e caminhos para a sua propriedade.

Artº - 179º - É proibido, nas estradas de rodagem do Município, o transporte de madeira à rasto, e o depósito de madeiras em bruto ou aparilhadas no leito da estrada ou nas valetas ou muito próximo a margem, que por ventura ofereça perigo a veículos em geral.

Artº - 180º - Serão aplicadas as multas de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00 nos seguintes casos de infração, elevadas ao dobro nas reincidências além da responsabilidade criminal que couber:

I - estreitar, mudar ou impedir de qualquer modo a servidão pública das estradas e caminhos sem prévia licença da Prefeitura.

II - colocar tranqueiras ou porteiros nas estradas e caminhos públicos sem prévio consentimento da Prefeitura.

III - impedir o escoamento de águas pluviais das estradas e caminhos públicos para os terrenos marginais.

IV - arrastar paus ou madeiras pelas estradas de rodagem do Município.

V - danificar ou arrancar marcos de quilômetros e sinais de trânsito existente nas estradas.

VI - danificar, de qualquer modo, as estradas de rodagens e os caminhos públicos.

VII - aos proprietários a obrigatoriedade de manterem roçadas e limpas as estradas ao longo de seus terrenos, numa largura de 5 metros, sob pena desta Prefeitura executar o serviço e lançar a despesa em dívida ativa.

SECÇÃO IX

DOS FECHOS DOS TERRENOS.

Artº - 181º - Os proprietários de terrenos no perímetro urbano são obrigados a fecha-los por meio de muro ou cerca, inclusive aqueles cuja construção esteja recuadas do alinhamento.

§ - 1º - As Cercas deverão ser, no mínimo 1,30 metros de altura e os muros, 1,50 metros de altura com espessura, também mínima, do meio tijolo, com pilares internos de dois em dois metros, serem rebocados ou pintados ou pelo menos, com as juntas tomadas a cimento ou argamassa de cal e areia.

§ - 2º - Nas ruas, praça, bôcos, travessas, etc., onde já existem guias e sarjetas os proprietários são obrigados a mura-los imediatamente ficando os Terrenos, cercados por outra forma sujeitos a um especial imposto segundo a tabela em vigor.

§ - 3º - Nos vãos deixados nos muros os proprietários ficam obrigados a colocar portões e conserva-los convenientemente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 31 -

§ - 4º - Os prazos para fechamento dos terrenos em aberto serão publicados por edital e nunca inferiores a sessenta dias.

§ - 5º - Findo o prazo, aqueles que não tiverem, cumprido a intimação serão multados em Cr\$ 1.000,00 e intimados a iniciar as obras dentro de quinze dias e não suspende-las, salvo motivo justo, até sua conclusão.

§ - 6º - Si esta segunda intimação for desobedecida sem motivo atendível o infrator incorrerá novamente na multa de Cr\$ 3.000,00, e o serviço será feito a sua custa, com 50% de aumento a título de fiscalização.

§ - 7º - Para facilidade da execução das medidas do Artº. 181º § 5º. O prefeito poderá dividir a cidade em secções, marcando os prazos sucessivamente para cada uma.

§ - 8º - As cercas de que trata o § 1º desta Secção, poderão ser de madeiras serrada e munca de arame farpado, espinhos e valas, sob pena de Cr\$ 200,00 de multa, ficando ainda os proprietários obrigados a substituí-las.

SECÇÃO X

DOS TAPUMES E FECHOS DIVISÓRIOS

Artº - 182º - Serão comuns os tapumes divisórios entre os proprietários urbanos ou rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em parte iguais para as despesas de sua construção e conservação na forma da Lei Civil.

§ - 1º - Os tapumes divisórios de terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, serão constituídas por:

I - Cercas de arame farpado, com três fios, no mínimo, de um metro e quarenta centímetros de altura;

II - Telas de fios metálicos resistentes, com altura de um metro e cinquenta centímetros;

III - Cercas vivas, de espécie vegetal adequada e resistente.

§ - 2º - Correrão por conta exclusiva do proprietário ou detentores a construção e conservação dos tapumes para conter aves doméstica, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exigem tapumes especiais.

§ - 3º - Os tapumes especiais a que se refere o paragrafo anterior, serão feitos do seguinte modos:

I - Por cerca de arame farpado, com dez fios no mínimo e altura de um metro e sessenta centímetros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 31 -

II - Por muros de pedras ou de tijolos, de um metro e oitenta centrimetro de altura;

III - Por telas de fios vias e compactas que impeçam a passagem de animais de pequeno porte;

Artº - 183º - Será aplicado a multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 elevados ao dôbro, nas reincidências,

I - aos proprietários que fizerem tapumes em desacôrdo com as normas fixadas no artigo anterior.

II - a todo aquele que danificar, por qualquer meio, tapumes existentes sem prejuízo da responsabilidade civil, ou criminal que no caso couber.

SECÇÃO XI

DO TRÂNSITO PÚBLICO.

Artº - 184º - É proibido embaraçar ou impedir por qualquer meio o livre trânsito nas estradas e caminhos públicos, bem como nas ruas, praças e passeios da cidade, vilas e povoados do Município.

§ - Único - Compreende-se na proibição desse artigo o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias publicas - em geral.

Artº - 185º - Tratando-se de materiais cuja descarga - não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, de modo a não embaraçar o trânsito, pelo tempo estritamente necessário a sua remoção, não superior a doze dias.

Artº - 186º - Não será permitido a preparação de rebocos ou argamassas nas vias públicas, senão na impossibilidade de faze-la no interior do prédio ou terreno. Neste caso so poderá ser utilizado a área correspondente a metade da largura do passeio.

Artº - 187º - É proibido nas ruas da cidade, das vilas e povoados do Município:

I - conduzir animais ou veiculos de tração animal, em disparada;

II - domar animais bravios ou fazer provas de equitação;

III - conduzir animais sem necessária precaução;

IV - conduzir ou conservar animais sobre os passeios;

V - amarrar animais em postes, arvores, grades ou portas;

VI - conduzir a rastos madeiras ou quaisquer outros/ materiais volumosos e pesados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 32 -

- VII - conduzir carros de bois sem guieiros;
VIII - armar quiosques ou barraquinhos sem licença da Prefeitura;
IX - atirar quaisquer corpos ou detritos que possam ser nocivos ou incomodar os transeuntes.

Artº - 188º - Todo aquele que danificar ou retirar sinais/colocados nas vias publicas para advertência de perigo ou impedimento de trânsito será punido com multas, além da responsabilidade criminal que couber.

Artº - 189º - As infrações dos dispositivos constantes desta Secção, serão punidas com multa de Cr\$ 1.000,00 à Cr\$ 5.000,00 elevadas ao dobro nas reincidências.

SECÇÃO XII

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS.

Artº - 190º - No interesse público a Prefeitura Fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos.

Artº - 191º - São considerados inflamáveis, entre outros: fosforos e materiais fosforados; gasolina e demais derivados do petroleo; éteres alcool,aguardente e óleos em geral; carburetos, alcatrão e materiais betuminosos líquidos consideram-se explosivos, entre outros: fogos de artificios, nitro-glicerina, seus compostos e derivados; polvora; algodão polvora; espoleta e estupins fulminatos, cloratos, formiats e congenêres; cartuchos de guerra, caça e minas.

Artº - 192º - É proibido, sujeitando-se os transgressores/na multa de Cr\$ 3.000,00:

I - fabricar explosivos sem licença especial e em local/não determinado pela Prefeitura;

II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigências legais, quando a construção e segurança;

III - depositar ou conservar nas vias públicas embora provisoriamente inflamáveis ou explosivos.

§ - 1º - Aos varejistas e permitido conservar em comodatos apropriados em seus armazens ou lojas a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença de material inflamáveis ou explosivos que não ultrapassar a venda provável, em vinte dias.

§ - 2º - Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósitos de explosivos, correspondente ao consumo de 30 dias, desde que os depósitos estejam localizado a uma distância mínima de 250 metros das ruas ou estrada. Se as distâncias a que se refere este parágrafo forem superiores a -



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 33 -

500 metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivo.

Artº - 193º - Os depósitos de explosivos inflamáveis são serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura, de acordo com os dispositivos e normas estabelecidas no Código de Obras do Município.

§ - 1º - Os depósitos de explosivos e inflamáveis compreendendo todas as dependências e anexos, inclusive casas de residência dos empregados, que se situarão a uma distância mínima de cento e cinquenta metros dos depósitos, serão dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incêndios portáteis, em quantidade e de posição convenientes.

§ - 2º - Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material, apenas nos caibros, ripas esquadrias.

Artº - 194º - A exploração de pedreiras depende de licença da Prefeitura e quando nela for empregado explosivo, este será exclusivamente do tipo e espécie mencionado nas respectivas licenças.

Artº - 195º - Não será concedida licença para a exploração de pedreiras com emprego de explosivos, nos centros povoados e fora destes numa distância inferior a duzentos metros de qualquer habitação ou abrigo de animais, ou em local que possa oferecer perigo ao público.

Artº - 196º - Para a exploração de pedreiras com explosivos serão observados os seguintes:

I - colocação de sinais nas proximidades das minas que possa ser percebidos distintamente pelos transeuntes, e, pelo menos a cem metros de distância;

II - adoção de um toque convencional e um brado prolongamento dando sinal de fogo;

Artº - 197º - Não será permitido o transporte de explosivos e inflamáveis sem as precauções devidas:

§ - 1º - Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ - 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e ajudante.

Artº - 198º - É vedado, sob pena de multa, além da responsabilidade que houver:

I - soltar balões, fogos de artifício, bombas, buscapês, morteiros e outros fogos perigosos, bem como fazer fogueiras nos logradouros públicos sem prévia licença da Prefeitura, a qual será concedida por ocasião de festejos, indicando-se para isso quando conveniente, locais apropriados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 34 -

II - utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro de perímetro da Cidade, vilas e povoados do Município;

III - fazer fogos ou armadilhas, com armas de fogo sem colocação para advertência aos transeuntes.

Artº - 199º - Fica sejeita a Licença da Prefeitura a instalação de bombas de gasolina e de inflamáveis, mesmo para uso exclusivo de seus proprietários, a partir desta data, respeitando-se os direitos dos que já este--jam negociando com os citados artigos, e dando aos mesmos o prazo de 02 (dois) anos afim de se enquadrarem nas disposições desta Lei.

§ 1º - O requerimento de Licença indicará o local para a instalação, a natureza dos inflamáveis, será instruído com a Planta e descrição, minuciosas das obras a executar.

§ 2º - O prefeito poderá negar Licença se reconhecer que/ a instalação de depósito ou bomba prejudicará de algum modo a segurança pública cabendo ao interessado recursos a Câmara que decidirá do mesmo.

§ 3º - O Prefeito poderá estabelecer para cada caso as exigência que julgar necessário ao interesse da segurança.

§ 4º - É expressamente proibida a instalação de bombas de gasolina e Postos de Óleos no interior de qualquer estabelecimento, salvo se este se destinarem a esse fins.

Artº - 200 - Os depósitos de inflamáveis em geral, compreendendo todas as dependências e anexos, serão dotados de instalações completas, para combate ao fogo, conservadas em perfeito estado de funcionamento.

Artº - 201º - O transporte de inflamáveis para os Postos- de abastecimento será feito em recipiente apropriado, hermeticamente fechados, devendo a alimentação dos depósitos subterrâneos realizar-se por meios de mangueiras ou tubos adequados de modo que os inflamáveis passem diretamente dos recipientes dos transportes para o depósito.

§ 1º - O abastecimento de veículos será feito de meio de bombas ou por gravidade, devendo o tubo alimentar ser introduzido diretamente ao interior do tanque do veículo.

§ 2º - É proibido o abastecimento de veículos em quais- / quer recipientes, nos Postos por qualquer processo de despejo livre dos inflamáveis, sem emprego das mangueiras.

§ 3º - Para depósito de lubrificantes, nos postos de abastecimento, serão utilizados recipientes fechados, a prova de poeira e adotados - dispositivos que permitam a alimentação dos depósitos dos veículos sem qualquer extravassamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 35 -

Artº - 202º - Nos Postos de abastecimento onde se fizerem limpeza, lavagem e lubrificação de veículos, esses serviços serão feitos no recinto dos Postos, que serão dotados de instalações destinados a evitar a acumulação de águas e resíduos de lubrificantes no solo ou seu escoamento para os logradouros públicos.

§ - 1º - Não permitidas as instalações de bombas de gasolinas nos passeios ou meio fios, respeitando-se aos dispostos no artigo 199º e seus parágrafos.

§ 2º - São serão expedidos alvarás de instalação de bombas ou postos, respeitando-se aos disposto no artº 199º e seus paragrafos.

§ - 3º - Para as construções de Postos são necessários - que estes tenham no mínimo a distância de 400 metros entre um e outro, de conformidade com os convênios das Campanhias.

§ - 4º - As construções de postos são poderão ser de material com piso de cimento.

§ - 5º - As disposições deste artigo estendem-se as garagens comerciais e de mais estabelecimentos onde se executem tais serviços.

Artº - 203º - As infrações aos dispositivos desta Secção punidas com a multa de Cr\$ 2.000,00, elevada ao dobro nas reincidências.

SECÇÃO XIII

DAS QUEIMADAS

Artº - 204º - Para evitar propagação de incendio, observar-se-ão nas queimadas as medidas preventivas necessárias.

Artº - 205º - A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou matas que limitem com terras de outrem:

I - Sem tomar as devidas precauções, inclusive o preparo de aceiros, que terão sete metros de largura, sendo dois metros e cinquenta centrimetros, capinados e varrido e o restante roçado:

II - Sem mandar aos confinantes, com antecedencia mínima de 24 (vinte e quatro) horas um aviso escrito e testemunhado, marcando o dia, hora e lugar para o lançamento do fogo.

Artº - 206º - Salvo acôrdo entre si interessados, a ninguém é permitido queimar campos de criação em comum antes do mês de Agosto.

Artº . 207º - A ninguém é permitido, sobre qualquer protesto, atear fogo em matas, capoeiras, lavoura ou campos alheios.

Artº - 208º - Além da responsabilidade civil ou criminal, que couber, incorrerão na multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00, elevada ao dobro



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 36 -

nas reincidências, os infratores das disposições desta Seção.

SEÇÃO XIV

DAS MEDIDAS REFERENTE AOS ANIMAIS.

Artº - 209º - É proibido a permanência de animais nas vias públicas, sob pena de apreensão e multa de Cr\$ 2.000,00 ("per capita").

Artº - 210º - Os animais recolhidos ao depósito da Municipalidade serão retirados dentro do prazo de cinco dias, mediante pagamento da multa e diária de Cr\$ 45,00 "per capita", para cobertura das despesas de alimentação.

§ - Único - Não retirados o animal nesse prazo poderá a Prefeitura vendê-lo em hasta pública, precedida das necessárias publicação; a juízo do Prefeito poderá ser publicado Edital intimando ao proprietário a vir - retirá-lo dentro de mais três dias, sob pena de venda em hasta pública para - ressarcimento das despesas com sua conservação.

Artº - 211º - É proibido a criação ou engorda de porcos na cidade e sua conservação:

§ - 1º - Aos proprietários de cevas, atualmente existentes na Cidade e Vilas, fica marcado o prazo de trinta dias, a contar da publicação deste Código, para remoção dos animais.

§ - 2º - Aos infratores do disposto neste artigo, será imposta a multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.500,00, marcando-se-lhe o prazo para a remoção. Não realizada esta, ser-lhe-á aplicada a multa em dobro.

Artº - 212º - É proibido sob as penalidades estabelecidas, no artigo anterior a criação na Cidade e Vilas de qualquer outra espécie de gado.

§ - Único - Observadas as exigências sanitárias e o Regulamento de Saúde Pública do Estado, é permitida a manutenção de estábulos e conheiras mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Artº - 213º - Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e Vilas, serão apreendidas e recolhidas ao depósito da Prefeitura.

§ - 1º - O cão apreendido, se registrado na forma do artigo 214º será entregue ao dono, mediante o pagamento da diária de Cr\$ 10,00 (-- dez cruzeiros) para a alimentação.

§ - 2º - Tratando-se cão não registrado, se não for retirado por seu dono dentro de cinco dias, mediante pagamento da multa de Cr\$-100,00 e diária de Cr\$ 10,00 será sacrificado, sem o uso de venenos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 37 -

Artº - 214º - Haverá na Prefeitura o registro de cães que será feito anualmente mediante o pagamento da taxa de Cr\$ 20,00, fornecendo-se uma placa numerada a ser colocada na coleira do cão registrado.

§ - Único - A prefeitura poderá manter serviço de vacinação anti-rábica, tornando-se esta obrigatória para os cães a serem registrados - mediante pagamento de uma taxa especial correspondente as despesas de aplicação/da vacina.

Artº - 215º - O cão registrado poderá andar solto na via pública, desde que em companhia de seu dono, respondendo este por perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Artº - 216º - A ninguém é permitido, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00, maltratar por qualquer meio ou praticar atos de crueldade contra animais próprios ou alheios.

§ - Único - Compreendendo-se na proibição deste artigo o transporte de aves suspensas pelos pés ou em posição que lhe cause sofrimento.

Artº - 217º - Os proprietários de animais de tração ou seus condutores são obrigados, sob pena do artigo anterior,

I - a dar-lhe de comer e beber, pelo menos de doze em doze horas a trata-los quando doentes;

II - a não sujeita-los a trabalhar por mais de seis horas contínuas sem dar-lhe água, alimento e descanso;

III - a não sujeita-los a tração ou condução de carga excessivas ou superiores a sua forças.

Artº - 218º - Não será permitida a passagem e estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade e vilas, a não ser nas vias públicas para isso designadas, sujeitos o infrator a multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00.

Artº 219º - Fica ainda proibido, sujeitando-se os infratores a multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 300,00:

I - criar abelhas no centro da cidade ou vilas

II - criar pombos nos forros das casas de residências;

III - criar galinhas nos porões ou no interior de habita

ções;

SECÇÃO XV

DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS.

Artº - 220º - Fica instituição, em caráter obrigatório o combate às formigas e outros insetos nocivos a lavoura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 38 -

§ - 1º - Todo o proprietário de terreno rural cultivado ou não, dentro dos limites do Município, fica obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade.

§ - 2º - Na cidade e vilas o serviço da extinção de formigueiros, sem prejuízo da iniciativa particular será sempre que possível realidade pela Prefeitura, mediante o pagamento das respectivas taxas.

Artº - 221º - Os trabalhos de extinção de formigueiros serão fiscalizados pela Prefeitura, ou por ela executado, de acordo com este Código.

Artº - 222º - Verificada a existência de formigueiros na zona rural será feita a intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo de vinte dias proceder ao seu extermínio.

§ - único - Nessa hipótese a Prefeitura, poderá realizar o serviço a pedido do proprietário, com indenização das despesas dele de correntes.

Artº - 223º - Se no prazo fixado, não for extinto o formigueiro a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário - as despesas que efetuar, acrescida de vinte por cento pelo trabalho de administração, além da multa de Cr\$ 30,00.

§ - 1º - Decorridos dez dias da apresentação da conta e não paga nesta, será lançada em livro próprio, acrescida de dez por cento para cobrança conjuntamente com os impostos e taxas a que estiver sujeito o proprietário.

§ - 2º - Do livro a que se refere o parágrafo anterior constarão:

- 1º - nome do responsável;
- 2º - rua, número ou local;
- 3º - despesa efetuada;
- 4º - acréscimo de vinte por cento;
- 5º - multa de dez por cento;

Artº - 224º - Encontrando-se o formigueiro em edifícios ou benfeitorias e exigindo a sua extinção, demolição ou serviços especiais, estes só poderão serem feitos com a assistência direta do proprietário ou seu representante.

§ - único - Para fins deste artigo, expedir-se-á a notificação ao proprietário do edifício ou benfeitorias, com indicação dos serviços a ser executados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 39 -

Artº - 225º - A Prefeitura manterá em registro de informações da existência, de formigueiros, do qual constará:

- 1º - nome do informante
- 2º - nome do proprietário do terreno;
- 3º - data da informação;
- 4º - data da intimação;
- 5º - prazo concedido;
- 6º - coluna para observação.

Artº - 226º - Aos fiscais compete denunciar a existên--cia de formigueiros e verificar a veracidade das informações recebidas.

TÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

CAPÍTULO I

DA LOCALIZAÇÃO

Artº - 227º - A Localização de estabelecimento comerciais ou industriais, dependem de aprovação da Prefeitura, a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos e feita a prova de identidade do requerente enquadrado nos dispositivos do código Comercial Brasilei-ro.

§ - único - O requerimento deverá especificar com Clareza:

- a) - ramo de negócio ou de indústria;
- b/ - montante de capital invertido;
- c) - local em que o requerente pretende exercer o comércio ou indústria.

Artº - 228º - O funcionamento de açougues açougues, padarias, confeitarias, leiterias, cafês, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, serão sempre precedido de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Artº - 229º - Para efeto de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado exhibirá o alvará de localização a autoridade competente, sempre que esta exigir.

Artº - 230º - A autoridade a que se refere este Capítu-lo não confere o direito de vender, mercadorias fora do estabelecimento, salvo a hipótese de agenciamento para encomenda.

§ único - O exercício do comércio ambulante dependerá - de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação Federal respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 40 -

Artº - 231º - A mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial, deverá ser solicitada a necessária permissão da Prefeitura - que verificará se o local satisfaz as condições exigidas.

Artº - 232º - Será passível de multa de Cr\$ 500,00 à Cr\$ 2.000,00, elevada ao dobro nas reincidências, aquele que:

I - exercer atividades comerciais ou industriais sem a necessária aprovação que se refere o artigo 227º;

II - mudar de local o estabelecimento comercial ou industriais sem autorização expressa da Prefeitura;

III - negar-se a exibir o alvará de localização à autoridade competente quando exigido.

CAPITULO II

DO HORÁRIO PARA O FUNCIONAMENTO DO COMERCIO E DA INDÚSTRIA

Artº 233º - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais ou comerciais do Município, obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação Federal que regula o contrato, duração e condições do trabalho:

I - para a industria de modo geral;

a) - abertura e fechamento entre oito horas e 18 horas nos dias úteis;

b) - Aos domingos e feriados nacionais ou locais e dias santos de guarda quando declarado estes pela autoridade competente em matéria do trabalho.

§ - 1º - Será permitido o trabalho aos domingos feriados - nacionais ou locais e dias santos de guarda, excluído de expediente de escritório nos estabelecimentos que se dediquem as atividades seguintes: laticínios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção, e distribuição de energia elétrica, serviço telefônico, produção de gás, serviços de esgoto, serviço de transporte coletivo, ou a outras atividades que, a juízo do Ministério do Trabalho, industrial e comercial, seja estendida tal prerrogativa.

§ - 2º - Os estabelecimentos industriais poderão funcionar além do horário estabelecido na letra A e nos dias referidos na letra B mediante permissão da autoridade competente e observância do disposto no artigo 237º deste Código.

II - Para o comércio em geral:

a) - abertura as 8 horas e fechamento às 18 horas, nos dias úteis assegurado aos empregados o intervalo de duas horas para o descanso e refeições, de modo a observar a duração legal para o trabalho individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 41 -

b) - aos domingos e feriados nacionais e, observada a condição da letra "B", item I, feriados locais e dias santos de guarda, os estabelecimentos permanecerão fechados.

§ - 3º - Observado o disposto nos artigos dêste Código, o Prefeito Municipal, em portaria, e mediante solicitação das classes interessadas poderá prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais:

- a) - até às 20 horas aos sábados;
- b) - até às 24 horas nos dias 24 e 31 de dezembro.

Artº - 234º - Os salões de barbeiros, cabeleiros e engraxates, poderão funcionar nos dias úteis, das 7 às 40 horas.

§ único - Aos sábados, nas vesp^{er}as de feriados nacionais e dias Santos de Guarda o encerramento poderá ser feito às 24 horas, com observância do Artº. 237º.

Artº 235º - Será permitido o funcionamento das charutarias, nos dias úteis das 8 às 22 horas.

Artº - 236º - Por motivo de conveniência, poderão funcionar fora do horário fixado nas letras "a" e "b", Item II artº 233º nos dias úteis, domingos feriados nacionais ou locais e dias Santos de Guarda, os seguintes estabelecimentos:

- I - varejista de peixes;
 - a) - nos dias úteis de 5 às 12 horas;
 - b) - os domingos, feriados nacionais ou locais e dias Santos de guarda das 5 às 12 horas.
- II - varejistas de carnes frescas (açougue e entrepostos)
 - a) - nos dias úteis das 5 às 17 horas.
 - b) - nos domingos, feriados nacionais ou locais e dias - santos de Guarda das 5 às 12 horas.
- III - comércio de pão e biscoitos (padarias) das 5 às 22 horas.
- IV - varejistas de frutas, verduras, aves e ovos das 5 às 19 horas.
- V - farmácias:
 - a) - nos dias úteis das 8 às 22 horas.
 - b) - os domingos feriados nacionais ou locais e dias Santos de Guarda no mesmo horário do estabelecimento que estiverem de plantão.

VI - Entrep^osto de combustiveis, lubrificantes e acessórios de autômoveis (posto de gasolina): das 7 às 17 horas, com faculdade de aten



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 42 -

atender ao público, a qualquer horas sempre que houver solicitação.

VII - Alugadores de bicicletas e similares, das 7 às 20 horas.

VIII - Restaurantes, bares, botequins, confeitarias, sorveterias, bombonieris e bilhares, das 5 às 24 horas.

IX - Cafés e lanchonetes, das 5 às 24 horas.

X - Distribuidores e vendedores de jornais e revistas banca e ambulantes, das 5 às 24 horas.

Artº - 237º - O funcionamento do comércio fora do horário comum, a que se refere aos artigos precedentes ficam subordinados a observância dos preceitos das Leis Federais que regulam o contrato, condições e duração do trabalho.

Artº - 238º - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste capítulo, serão punidos com a multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 3.000,00 elevada ao dobro nas reincidências.

CAPÍTULO III

DA AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS

Artº - 239º - Nas transações comerciais que sejam utilizados aparelhos, instrumentos e utensílios de pesar ou medir, estes são obrigatoriamente baseados nas unidades do sistema métrico decimal, aprovado pela legislação, inclusive os medidores de gasolina dos postos de abastecimento.

Artº - 240º - Os comerciantes e industriais que façam vendas de mercadorias ao público, são obrigados a submeter anualmente a exame verificação e aferição aos aparelhos e instrumentos de medir ou pesar por eles utilizados.

§ - 1º - A aferição poderá ser feita no próprio estabelecimento, preferentemente no primeiro trimestre, depois de recolhido aos cofres municipais a respectiva taxa.

§ - 2º - Do recibo do pagamento da taxa, para efeito de fiscalização constarão os números de fabricação, tipo e demais característicos do aparelho ou instrumento a aferir.

Artº - 241º - Para efeitos de fiscalização, os funcionários Municipais, poderão em qualquer tempo, proceder ao exame, e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilizados nos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

§ 1º - Os aparelhos e instrumentos que forem encontrados viciados, aferidos ou não, serão apreendidos.

§ - 2º - Os proprietários de aparelhos ou instrumento -



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- - 43 -

encontrados não aferidos, são obrigados a submetê-lo à aferição dentro do prazo de 24 horas, nos termos do Artigo 240º e seus parágrafos, além do pagamento da multa prevista no artigo 243º.

Artº - 242º - Os estabelecimentos comerciais ou industriais que se instalarem, são obrigados, antes do início de suas atividades a submeter/ a a aferição os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, a serem utilizados/ em suas transações comerciais ou industriais com o público.

Artº - 243º - Será aplicado a multa de Cr\$ 2.000,00 à Cr\$ 1.500,00 elevada ao dobro nas reincidências, aquele que:

I - usar nas transações comerciais, aparelhos, instrumentos e utensílios de pesar ou medir, que não sejam baseados no sistema métrico - decimal;

II - deixar de apresentar, quando exigido para exame, verificação ou aferição, os aparelhos e instrumentos de pesar e medir utilizados na venda do produto ao público.

III - usar instrumentos de pesar ou medir, viciados, já aferidos ou não.

SEÇÃO XVI

DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES

Artº - 244º - Para os efeitos deste título são adotados as seguintes definições:

SEPULTURA: - Cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões: para adultos: dois metros de comprimento por 75 centímetros de largura e um metro e setenta centímetros de profundidade; para infantes: um metro e cinquenta centímetros de profundidade por cinquenta centímetro por um metro e setenta centímetros respectivamente;

CARNEIRA: - Cova com paredes laterais revestidas de tijolos ou material similar, tendo, internamente o máximo de dois metros e cinquenta centímetros por um metro e vinte e cinco centímetros de largura. O Fundo será sempre constituído pelo termo natural;

CARNEIRA GEMINADOS , - Das carneiras e mais o terreno entre eles existentes formando uma única cova, para sepultamento dos membros de uma mesma família;

NICHO : - Compartimento de colubário para depósito de ossos retirados de sepultura ou carneira;

OSSUÁRIO: - Vala destinada ao depósito comum de ossos pro



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 44 -

provenientes de jazigo cuja concessão não foi reformada ou caducou;

BALDRAME: - Alicerce de alvenaria para suporte de uma lápide;

LÁPIDE: - Laje que cobre o jazigo com inscrição funerária;

MAUSOLEU: - Monumento funerário suntuoso, que se levanta sobre a Carneira; o caráter suntuoso pode ser obtido não só pela perfeição da forma como também pelo emprêgo de materiais finos e pelas suas qualidades intrínsecas, - supra efeito e ornamentos.

JAZIGO: - Palavra para designar tanto as sepulturas como a Carneira.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº - 245º - Os cemitérios do Município terão caráter secular e, de acordo com o artigo 141º - § 1º da Constituição Federal, serão administrados e fiscalizados pela Prefeitura.

§ - único - É facultado às associações religiosas manterem cemitérios particulares mediante prévia autorização da Prefeitura, observadas as prescrições constantes deste Capítulo.

Artº 246º - Os cemitérios serão cercados por muros, com altura de dois metros, ao longo do qual, e nas duas faces, haverá uma cerca viva que - manterá bem tratada.

Artº - 247º - Será reservado em torno dos cemitérios uma área externa de proteção de 50 metros de largura mínima, medida a partir do muro de fechamento.

§ - único - A área de proteção será exigida apenas para novos cemitérios e para os existentes em que pela sua localização, em área inedificável, seja medida exequível.

Artº - 248º - Nos recintos dos cemitérios, além da área destinadas às ruas, avenidas, serão reservados espaços para construção de capelas, e depósitos mortuários.

Artº - 249º - Os cemitérios poderão ser abandonados quando tenham chegado a tal grau de saturação que tornam difícil a decomposição dos corpos ou quando hajam se tornado muito centrais.

§ - 1º - Antes de serem abandonados, os cemitérios permanecerão fechados durante cinco anos findo os quais será sua área destinada a praça ou parques não permitindo proceder-se aí o levantamento de construções para qualquer fim.

§ - 2º - Quando dos cemitérios antigos para os novos, se tiver



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 45 -

de proceder a transladação dos restos mortais, os interessados, mediante pagamento das taxas devidas, terão direito de obter nêle espaço igual em superfície ao do antigo cemitério.

Artº - 250º - É permitido a todas as confissões religiosas/ praticar nos cemitérios ou seus rítos, respeitando as disposições deste Capítulo.

CAPITULO III

DAS NUMERAÇÕES.

Artº - 251º - Nenhum enterramento será permitido nos cemitérios Municipais sem a apresentação do ôbito devidamente atestada por autoridade médica.

Artº - 252º - As inumações serão feitas em sepulturas separadas que se classificam em gratuitas e numeradas, subdivididas estas em temporárias e perpétuas.

Artº - 253º - Nas sepulturas gratuitas, serão enterrados os indigentes pelo prazo de cinco anos, para adultos; e tres anos para infantes, não se admitindo com elas prorrogação ou perpetuação.

Artº - 254º - As sepulturas temporárias serão concedidas - por cinco anos ou vinte anos, facultada no primeiro caso, a prorrogação do prazo - de outros cinco anos, mais sem direito, a novas inumações, e, no segundo caso novas prorrogações por igual prazo, com direito a inumação de conjuge e de parentes consanguíneos ou fins até o segundo gráu desde que não haja atingido ultimo quinquênio da concessão.

§ - Único - As sepulturas temporárias não poderão ser perpetuadas, permitidas entretanto a transladação dos restos mortais para sepultura/ perpétuada, observadas as normas dêste Título.

Artº - 255º - É condição para renovação de prazo das sepulturas temporárias a boa conservação das mesmas pelo concessionário.

Artº - 256º - As concessões perpétuas sô serão feitas para sepulturas do tipo destinado a adultos, em carneiros simples ou geminados e sobre as seguintes condições que constarão do título:

a) - possibilidade de uso de carneiro para sepultamento de conjuge e de parentes consanguíneos poderão ser sepultados mediante sua autorização por escrito e pagamento das taxas devidas;

b) - obrigação de construir dentro de tres meses, baldrame convenientemente revestidos e coberto a sepultura, afim de ser colocada a lápide - ou construido o mausoleo, para o que é fixado prazo máximo de cinco anos.

c) - caducidade da concessão no caso de não cumprimento do disposto na alínea "B".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 49 -

b - quando o serviço por sua natureza, desaconselha a intervenção de intermediários;

c - quando, podendo o serviço ser objeto de exploração indireta e posta esta em concorrência pública ou administrativa na forma legal não se apresentar nenhum concorrente:

Artº - 282º - A exploração indireta dos serviços de utilidade pública, poderão ser efetuadas mediante simples autorização ou permissão e mediante concessão.

§ - 1º - Constitui autorização, ou permissão, o ato do po - der público que atribuir a um particular a exploração de um serviço de utilidade p^ublica, a título precário e sem a outorga dos direitos inerentes a administração.

§ - 2º - É concessão de serviço de utilidade pública o ato do poder público pelo qual e entregue, a um particular, a exploração de determinado serviço de utilidade com a outorga dos direitos reservados a administração, na forma deste código.

CAPITULO II

DAS AUTORIZAÇÕES E PERMISSÕES

Artº - 283º - O interessado em obter permissão ou autorização para explorar determinado serviço de utilidade pública, deverá requerê-lo ao Prefeito fazendo instruir o pedido com:

- a) - prova de idoneidade moral, técnica e financeira;
- b) - prova de quitação com a Fazenda Municipal;
- c) - tratando-se de pessoa jurídica, prova de sua constituição legal;
- d) - informações minuciosas sobre a natureza, fins e utilidades das prerrogativas;
- e) - projetos e orçamentos, conforme a natureza do serviço e outros elementos que possibilitam ao Prefeito formar juízo sobre a sua utilidade;
- f) - informação sobre capital a ser empregado;
- g) - indicação das tarifas a serem cobradas;
- h) - justificação do cálculo das tarifas;

§ - 1º - Julgando de utilidade a medida e não convindo ao Município a, exploração direta do serviço, o Prefeito baixará editais afixados em lugar público o divulgados pela imprensa local, convidando os interessados e se manifestarem a respeito do prazo de quinze dias.

§ - 2º - Se houver manifestação de interesse idôneo, o Prefeito providenciará o expediente e necessário para a concessão privilegiada do ser-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 48 -

será permitida sem autorização do administrador e se a concessão estiver em vigor, também do concessionário ou seu sucessor,

Artº - 276º - Para nova exumação em qualquer concessão, de ve previamente ser apresentado a administração o respectivo título.

Artº - 277º - As flores, corôas ornamentos usados em fune--rais, ou colocados sôbre os jazigos em qualquer tempo quando estiverem em mau estado de conservação serão retirados e nenhuma reclamação pela sua manutenção será atendida.

Artº - 278º - Decorridos os prazos previstos nos artigos 253º e 254º as sepulturas poderão ser abertas para novos enterramentos retirando - se as cruzes e outros emblemas colocados sobre as mesmas.

§ - 1º - Para esse fim, o encarregado fará publicar em editais, aviso aos interessados de que no prazo de trinta dias, serão as cruzes e emblemas retirados e a ossada depositada no ossuário geral.

§ - 2º - As grades, cruzes, emblemas, lápides e outros objetos retirados das sepultura, serão postos, por espaço de sessenta dias, à disposição dos interessados que poderão reclama-los.

Artº - 279º - Os veículos sô podem entrar no cemitério por ocasião de enterros.

PARTE SEGUNDA

DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO I

PRELIMINARES.

Artº - 280º - Serviços de utilidade pública, de maneira ge--ral são todas as atividades, que por sua natureza, atendam ao interesse coletivo, visando proporcionar a população utilidades especiais que exigem a ação do poder público no sentido de seu controle ou gestão direta.

Artº - 281º - Admitem os serviços de utilidade pública execução direta ou indireta constituída a primeira pela exploração de serviço pela entidade pública e a segunda pela ação do intermediário, que se subrogam numa parte da atividade administrativa.

§ - Único - A exploração direta far-se-á:

a - quando esta solução for mais conveniente ao interesse público, a juízo da Prefeitura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 47 -

o somente para execução de determinados serviços.

Artº - 265º - A Prefeitura exigirá, sempre que julgar necessário, que construções sejam executadas por construtores legalmente habilitados.

Artº - 266º - É proibido dentro do cemitério a preparação - de pedras ou de outros materiais destinados à construção de jazigo e mausoléus - devendo o material entrar nos cemitérios em condições de serem empregados imediatamente.

Artº - 267º - Resto de materiais, proviniência de obras conservadas e limpeza de túmulos devem ser removidos imediatamente pelos responsáveis sob pena de multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 500,00, além das despesas de remoção, se a intimação não for cumprida no prazo fixado.

Artº - 268º - Do dia 25 de outubro a 1º de Novembro de cada ano não se permitirá trabalhos nos cemitérios, afim de ser executados pela administração a limpeza geral.

Artº - 269º - A Prefeitura fiscalizará a execução dos projetos aprovados das construções funerárias.

Artº - 270º - O ladrilhamento do solo em tórnos dos jazigos é permitido, desde que atinja a totalidade da largura das ruas de separação e seja pelos interessados obedecidas as instruções da administração pública do cemitério.

CAPITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS.

Artº - 271º - A Administração dos cemitérios será exercida/ por um encarregado ao qual compete também a execução das medidas de polícia afetas ao serviço.

Artº - 272º - O serviço dos enterrados far-se-á em livro - proprio em ordem numérica, contendo o nome do falecido, idade, sexo, estado civil filiação, naturalidade, "causa mortais", data e lugar do obito e outros esclarecimentos que forem necessários.

§ - ÚNICO - Toda sepultura receberá um número correspondente a ordem numérica do registro de que trata este artigo.

Artº - 273º - Os cemitérios serão convenientemente fechados e nêles as estradas e permanência sô serão permitidas entre 7 e 18 horas e somente as pessoas que se portarem com devido respeito.

Artº - 274º - Eceptuados os casos de investigações policiais ou transferência de despejos, nenhuma sepultura poderá ser reaberta, mesmo a pedido dos interessados, antes de decorrido o prazo do artigo 259º.

Artº - 275º - Mesmo decorridos este prazo, nenhuma exumação



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 46 -

§ - ÚNICO - Nas sepulturas a que se refere este artigo poderão ser inhumados infantes ou para elas trasladados seus restos mortais.

Artº - 257º - Como homenagem pública excepcional poderá a Municipalidade conceder perpetuidade de carneiro a cidadão cuja vida publica deve ser rememorada pelo povo por relevantes serviços prestados a Nação, ao Estado e ao Município.

§ - ÚNICO - A perpetuidade será concedida por Lei Especial.

Artº - 258º - Nenhum concessionário de sepultura ou carneiro poderá dispôr da sua concessão, seja qual fôr o título sô se respeitando, com relação a este ponto, direitos decorrentes de sucessão legítima.

Artº - 259º - É de cinco anos, para adultos e de três anos para infantes, o prazo mínimo a vigorar entre duas inumações no mesmo jazigo.

CAPITULO IV

DAS CONSTRUÇÕES.

Artº - 260º - As construções fúnebrárias sô poderão ser executadas nos cemitérios depois de expedidos o Alvará de Licença mediante requerimento do interessado ao qual acompanhará o memorial descritivo das obras e respectivos projetos.

§ - ÚNICO - As peças gráficas serão em duas vias, as quais/serão visadas e uma delas entregue ao interessado com o alvará de licença, depois do projeto ter sido aprovado.

Artº 261º - A Prefeitura deixa as obras de embelezamento e melhoramento das concessões tanto quanto possível ao posto dos proprietários, porém reservar-se o direito de rejeitar os projetos que julgar prejudiciais a boa-aparencia geral do cemitério, a higiene e a segurança. Os concessionários sô obrigados, ao menos uma vez por ano, um mês antes dos dias consagrados às comemorações aos mortos, a manter as construções em bom estado de conservação e limpeza, cabendo a Prefeitura esses encargos, quando não feitos pelos responsáveis, cobrando-se-lhe as despesas de tais serviços.

Artº - 262º - O embelezamento das sepulturas temporárias de cinco anos será feito por gramados ou canteiros ao arruamento rigorosamente limitados ao perimetro da sepultura; pequenos simbolos serão permitidos.

Artº - 263º - Nas concessões por vinte anos será permitida a construção de baldrameas até a altura de quarenta centrimetros para suportes de lápide, sendo facultado os simbolos usuais.

Artº - 264º - Os serviços de conserva e limpeza de jazidos/sô podem ser executados por pessoas registradas na administração do cemitério e, excepcionalmente por empregados dos concessionários, quando abandonados por estes



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 50 -

viço mediante concorrência pública ou administrativa, previamente autorizada por Lei.

§ - 3º - Se não se manifestarem interessados dentro do prazo estabelecido dará a Prefeitura a autorização requerida.

Artº - 284º - A permissão será dada em portaria ou alvará do Prefeito do qual deverão constar as tarifas que serão cobradas pela prestação do serviço.

§ - Único - A transferência da autorização depende do consentimento expresso do Prefeito, satisfeitas pelo segundo pretendente as exigências do artigo 283º.

Artº - 285º - A permissão ou autorização terá a vigência máxima de dois anos, contando da data em que foi instalado o serviço, podendo ser cassada quando houver motivo relevante, devidamente comprovado, após notificação e prazo razoável concedido ao permissionário se o motivo da cassada se imputar a este.

§ - 1º - A cassação da permissão ou autorização far-se-á por ato expresso sem que ao permissionário assista direito a qualquer indenização.

§ - 2º - Cassada a permissão ou autorização, será concedido ao permissionário prazo razoável, a juízo do Prefeito, e examinado cada caso concreto, para retirada das instalações do serviço.

Artº - 286º - Caducará a permissão se o permissionário não iniciar os serviços dentro do prazo que o Prefeito fixar para cada o que não poderão ser suportes a 4 meses.

Artº - 287º - Findo o prazo de dois anos o verificados ser de interesse para ao Município a continuação do serviço, providenciará o Prefeito o expediente necessário a fim de mediante autorização legal e em concorrência pública, ou administrativa, dar privilegio para a exploração do serviço nas condições do Capítulo III deste título.

§ - Único - Na concorrência que se realizar, o permissionário, que a ela concorrer, terá preferência para a concessão se tiver serviço vem durante o tempo da autorização e sua proposta estiver em igualdade de condições com a melhor que for apresentada.

Artº - 288º - A Prefeitura poderá dar permissão para particulares explorarem, mediante arrendamento, açougues de propriedade do Município, ficando ressalvado que se não concederá mais de um açougue e um e mesmo indivíduo ou empresa.

Artº - 289º - Os permissionários que estiverem explorando a título precário, na data de promulgação deste código, qualquer serviço de utilidade pública, deverão regularizar, dentro de trinta dias, sua situação nos termos



deste Código.

CAPÍTULO III

DAS CONCESSÕES PRIVILEGIADAS

Artº - 290º - A concessão privilegiada para exploração de serviço de utilidade pública, fae-se-ã mediante concorrência pública ou administrativa.

§ - Único - O concessionário ou permissionário anterior do serviço, objeto da concorrência, e que haja serviço bem, terá preferência na concessão, desde que, concorrendo, sua proposta esteja em igualdade de condições com a que for julgada melhor.

Artº - 291º - A concorrência pública será anunciada, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, por editais, pela imprensa e pelo órgão oficial do Estado.

§ - Único - Do edital de concorrência, entre outras condições deverá constar o seguinte:

- a) - prazo de concessão;
- b) - exigência das cauções para garantir a assinatura do contrato e do seu cumprimento;
- c) - apresentação de quadro das tarifas ã serem cobradas, e dos respectivos cálculos;
- d) - apresentação dos planos das instalações e explorações do serviços;
- e) - condições de reversão, ao Município, das instalações, findo o prazo da concessão;
- f) - reserva ao Município do direito de aceitar a proposta que lhe parecer mais vantajosa ou de recusar todas.

Artº - 292º - A concorrência administrativa será feita entre firmas de comprovada idoneidade moral, técnica e financeira, de preferência especializada no ramo objeto da concorrência, as quais serão convidadas a apresentar propostas, detalhadas, para exploração de serviço, satisfazendo as condições mínimas estabelecidas pela Prefeitura.

Artº - 293º - Da concorrência, pública ou administrativa, são excluídos o Prefeito e os vereadores, bem como seus descendentes e ascendentes, cunhados, durante o cunhadio, sogro e genro, coleterais por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, e os servidores municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 52 -

Artº - 294º - Serã posto novamente o serviço em concorrência se a primeira não se apresentar licitante ou se as propostas apresentadas não forem julgadas convenientes ao interesse público.

Artº - 295º - As propostas deverão ser acompanhadas dos documentos relacionados no artigo 283º e serão examinadas e classificadas por uma comissão designada pelo Prefeito, para julgamento, digo: da qual fará parte um engenheiro civil ou eletrotécnico, e submetidas ao Prefeito, para julgamento ou pessoa competente.

Artº - 296º - A concessão será feita por contrato para cuja assinatura deverá o concorrente que tiver sua proposta escolhida comparecer a Prefeitura dentro do prazo estabelecido no edital de concorrência.

§ - Único - A assinatura do contrato de concessão será procedida da apresentação, pelo concorrente adjudicatário, da prova de depósito, nos cofres municipais, do valor da caução de garantia do cumprimento do contrato.

Artº - 297º - Do contrato de concessão, entre outras, deverão constar as seguintes cláusulas:

- a) - prazo para o início e execução das obras e a instalação de serviço, prorrogáveis a juízo de Prefeito;
- b) - condições da concessão e da prestação do serviço, com especificação e discriminação minuciosa;
- c) - prazo da concessão;
- d) - revisão a que se refere o Artº 151º da Constituição da República;
- e) - facultada reservada a Prefeitura de rescindir o contrato em caso de seu inadimplemento total ou parcial;
- f) - condições de reversão das obras e instalações e do Município;
- g) - fiscalização, por parte da Prefeitura, das obras e instalações e da exploração do serviço;
- h) - aceitação pelo concessionários das disposições deste Capítulo;
- i) - cláusula penal.

Artº - 298º - Os contratos de concessão deverão estabelecer a multa diária a que ficara sujeito o concessionário, em caso de suspensão ou paralização do serviço, sem motivo justificável e sem consenso da Prefeitura, além das perdas e danos a apurar, e da responsabilidade civil ou criminal que couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 54 -

ventes, diretamente relacionados e indispensáveis a exploração da concessão.

Artº - 303º - Caducará a concessão se não forem instalados os serviços nos prazos fixado, declarada a caducidade por ato emanado do poder Municipal.

§ - 1º - O prefeito poderá prorrogar, por tempo que julgar suficiente, o prazo que se refere, este artigo se ocorrerem fundadas razões, devidamente justificadas pelo concessionário.

§ - 2º - Caduca a concessão, será aberta logo nova concorrência, nas condições dos artºs 291º e 292º .

Artº - 304º - Em qualquer tempo, poderá o Município, encampar o serviço, quando interesses públicos relevantes o exigirem, mediante indenização prévia salvo acôrdo em contrato.

Artº - 305º - Nos contratos serão estipuladas as condições de reversão quando convenientes ao Município com ou sem indenização.

Artº - 306º - Não poderá o concessionário transferir a concessão sem prévia expresa autorização da Prefeitura.

Artº - 307º - Poderá o concessionário pleitear a rescisão/ do contrato, se houver motivo ponderável a que tenha dado causa a Prefeitura, a rescisão se fará então com ressalva do bem público.

Artº - 308º - Nos casos de rescisão do contrato, será constituído uma comissão de arbitramento, composto de dois membros, indicados para cada uma delas, digo, indicado para cada uma das partes, a qual competirá o exame dos motivos alegados, a avaliação da propriedade do concessionário, cálculo das perdas e danos etc.

§ - 1º - O membro da comissão por parte da Prefeitura será um técnico especializado no assunto.

§ - 2º - No caso de não chegarem a acôrdo, os membros da comissão arbitral solicitarão ao serviço competente do Estado a indicação de um técnico desempassador.

Artº - 309º - Terão os concessionários direitos a desapropriação por utilidade pública, na forma da legislação vigente, ficando a seu cargo a liquidação e pagamento das indenizações consequentes.

Artº - 310º - As empresas concessionárias, não gozarão de favores fiscais;

§ - UNICO - Em casos especiais poderá ser concedida isenção dos Impostos que onerem a propriedade da empresa, mediante Lei especial e tendo-se em vista o interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 53 -

Artº - 299º - O prazo das concessões privilegiadas não poderá exceder de vinte e cinco anos, aí incluídas as prorrogações.

Artº - 300º - No sentido de fiscalizar o cumprimento da concessão, a Prefeitura exercerá o poder de polícia, com que o concessionário concordará imediatamente a aceitação do ato de concessão.

§ - 1º - a fiscalização se exercerá no sentido de:

- a) - verificar a perfeita conformidade da execução das obras e das instalações do serviço com os planos aprovados pela Prefeitura;
- b) - assegurar serviço adequado, quanto a qualidade e a quantidade;
- c) - verificar a necessidade de melhoramentos, renovação e ampliação das instalações;
- d) - fixar tarifas razoáveis;
- e) - verificar a estabilidade financeira da empresa;
- f) - assegurar o cumprimento das leis trabalhistas.

§ - 2º - Para realização de tais fins, exercerá a Prefeitura a fiscalização da contabilidade da empresa ou concessionário, podendo estabelecer as normas a que essa contabilidade deve obedecer.

§ - 3º - Far-se-á tomada de contas periódicas da empresa.

Artº - 301º - As tarifas serão fixadas sob regime de serviços pelo custo, levando-se em conta:

- a) - as despesas de operação e custeio seguros, impostos e taxas de qualquer natureza, excluídas as taxas de benefício e o imposto sobre a renda;
- b) - as reservas para depreciação;
- c) - a justa remuneração do capital;
- d) - as reservas para reversão;

§ - 1º - O cálculo das tarifas far-se-á trimestralmente.

§ - 2º - O cálculo das tarifas, nas revisões periódicas, será submetido a exame por técnica especializado no assunto ou pelo órgão competente do Estado.

§ - 3º - O capital a remunerar é o efetivamente gasto na propriedade do concessionário.

§ - 4º - A percentagem mínima do lucro como remuneração do capital será a que for determinada pela Legislação Federal.

Artº - 302º - Entende-se por propriedade do concessionário para efeito deste Código, o conjunto das obras civis, instalações, imóveis, e semo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 55 -

TITULO II

DO SERVIÇO DE ELETRICIDADE

CAPITULO I

NORMAS GERAIS DA CONCESSÃO

Artº - 311º - O aproveitamento de quedas de água dentro do Município de Guaíra, seja para uso particular ou para comércio de energia, depende exclusivamente de concessão ou autorização do Governo Federal, na forma de Lei.

Artº - 312º - O fornecimento de energia elétrica, para iluminação pública, na sede do Município e distritos, quando realizados por pessoas físicas ou empresas particulares, será regulado por contrato firmado entre a Prefeitura e o concessionário ou permissionário.

Artº - 313º - A exploração da indústria de energia hidro-elétrica ou termo-elétrica quando feita pela Prefeitura, está também sujeita as normas e exigências da Lei Federal.

TITULO V

DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO.

CAPITULO I

NORMAS PARA CONCESSÃO.

Artº - 314º - O transporte coletivo no Município só poderá ser feito em veículos previamente licenciados pela repartição de trânsito competente, nas condições previstas no Código Nacional de Trânsito, no Regulamento de Veículos do Estado do Paraná e neste Código.

Artº - 315º - Para cada concessão serão fixados os itinerários e o número de veículos que se tornarem necessários, para eficiência do serviço.

Artº - 316º - Das propostas dos pretendentes a concessão deverá constar:

- I - relação dos percursos com as distâncias em quilômetros;
- II - preço das passagens;
- III - número de veículos a serem postos em circulação e sua descrição;
- IV - número de viagens, por dia ou por semana, com respectivo horário das partidas e chegadas.

§ - Único - Se o requerimento for de sociedade, deverá esta fazer a prova de estar legalmente constituída.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 56 -

Artº - 317º - Os concessionários responderão administrativ e judicialmente pelos danos que causarem a pessoas e coisas transportadas em seus veículos.

Artº - 318º - Qualquer modificação de horário, itinerário e preços de passagens, somente vigorará depois de aprovada pela Prefeitura e anunciada com antecedência de dez dias, no mínimo.

Artº - 319º - Os horários de partida e de chegada deberão ser rigorosamente mantidos, não podendo ser descumpridas ainda sob pretexto de recuperar atraso.

§ - Único - Nos pontos de refeição, o tempo de parada não poderá ser inferior a trinta minutos.

Artº - 320º - O prazo de concessão será no máximo de 5 anos.

Artº - 321º - A concessão caducará se os serviços não forem iniciados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da assinatura do contrato.

Artº - 322º - Os veículos de um concessionário não poderão, salvo expressa autorização da Prefeitura, transitar em outros trechos, conduzindo passageiros.

Artº - 323º - Os veículos que ultrapassarem os limites do Município deverão ter espaço de malas postais e para o transporte de bagagens dos passageiros.

Artº - 324º - É expressamente proibido o transporte de passageiros fora do ônibus, devendo os passageiros permanecer acomodados nos respectivos assentos.

Artº - 325º - Todos os veículos deverão ter uma taboleta indicando o seu destino, a qual possa ser lida a distância de 40 metros durante o dia e dispondo de sistema de iluminação, para que possa ser vista a noite.

Artº - 326º - Além das condições comuns exigidas para todos os condutores de veículos, os motoristas dos veículos de transportes coletivos são obrigados a:

- I - evitar paradas e partidas bruscas;
- II - não conversar, quando o veículo estiver em movimento;
- III - atender, com regularidade, os sinais de parada;
- IV - tratar os passageiros com urbanidade;
- V - não fumar quando em serviço;
- VI - não abandonar o veículo quando estacionado em posto terminal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 57 -

Artº - 327º - Sempre que possível, a juízo da Prefeitura, será estabelecida a exigência de uniforme para o pessoal empregado no serviço de transporte coletivo.

Artº - 328º - Nos veículos de tração animal empregados em serviços de transporte coletivo, deverá ser feito obrigatoriamente de 6 em 6 horas, sob pena de multa, a muda dos animais.

§ - Único - A Prefeitura manterá bebedouros para estes animais em pontos convenientes.

Artº - 329º - Todo veículo empregado no serviço de transporte coletivo deverá ser equipado com um aparelho extintor de incêndio, em condições de funcionamento, excetuando-se de tração animal.

Artº - 330º - Os concessionários, os seus prepostos, além da penalidade prevista no Código Nacional de Trânsito e no Regulamento de Veículos do Estado, ficarão sujeitos mais as seguintes multas, que serão impostas pela Prefeitura:

- I - de Cr\$ 500,00 para cada viagem regulamentar inter-urbana que seja suspensa, salvo os casos de força maior e de Cr\$ 200,00 para cada viagem suspensa, se o serviço for urbano, sem motivo justificável;
- II - de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00 para cada viagem atrasada sem causa justificada;
- III - de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 500,00 para os infratores das demais disposições deste capítulo.

§ - 1º - As multas serão cobradas em dobro nos casos de reincidências.

§ - 2º - A falta de pagamento das multas, no prazo fixado, constituir motivo para rescisão da concessão a juízo da Prefeitura, independentemente de qualquer indenização ao concessionário.

Artº - 331º - Os proprietários de veículos que na data da promulgação deste Código, estejam explorando o serviço de transporte coletivo, deverão dentro de 60 dias regularizar a sua situação de acordo com as normas deste Título, salvo se tratar de concessão regulada em contrato já firmado.

§ - Único - Não satisfeita esta exigência, abrirá a Prefeitura concorrência para concessão das respectivas linhas.

CAPÍTULO II

DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

Artº - 332º - A estação rodoviária tem por fim centrali -



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 58 -

zar e fiscalizar todas as linhas de transporte rodoviário que tenham a cidade como ponto de partida ou chegada, no regime de concessão a que se refere este Código.

Artº - 333º - A estação rodoviária fará cumprir os horários, o preço das passagens e os fretes, aprovados pela Prefeitura.

§ - Único - O itinerário, os horários e os preços da passagem serão afixados na estação rodoviária em lugar bem visível.

Artº - 334º - Todo o veículo das linhas municipais sem prejuízos de vistoria do Serviço Estadual de Trânsito, será rigorosamente inspecionado pela estação rodoviária, para verificar-se se atende aos requisitos de conforto e segurança e as condições de conservação.

Artº - 335º - Os veículos, deverão estar na plataforma da estação, completamente em ordem, dez minutos antes da hora da partida.

§ - Único - Se ocorrer, motivo de força maior, que impeça a partida do veículo deverá o concessionário dar o necessário aviso à estação rodoviária com meia hora no mínimo de antecedência.

Artº - 336º - A administração da estação rodoviária levará ao conhecimento da Prefeitura e dos órgãos especializados qualquer anormalidade que observar nos veículos que por ela transitarem.

Artº - 337º - A venda da passagem e os despachos de volumes ficarão a cargo da estação rodoviária.

§ - Único - Por estes serviços e pelo uso da garagem, os proprietários dos veículos pagarão a taxa prevista nas Lei Tributárias do Município.

Artº - 338º - A cada passageiro será entregue juntamente com a passagem o número do lugar que irá ocupar no veículo.

Artº - 339º - A contabilidade da estação rodoviária se regerá pela normas da contabilidade da Prefeitura.

Artº - 340º - A prestação de contas da administração da estação rodoviária aos concessionários far-se-á semanalmente por demonstração escrita.

Artº - 341º - Os alugueres das lojas existentes na estação, serão feitos mediante contrato escrito, procedido de concorrência pública ou administrativa.

§ - Único - O prazo dos alugueres poderá ser renovado anualmente a juízo da Prefeitura.

Artº - 342º - Haverá na estação rodoviária um livro especial para registro de reclamações e sugestões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 59 -

Artº - 343º - Ao encarregado da estação rodoviária incumbe, especialmente,:

- a) - cumprir e fazer cumprir as disposições deste título e as instruções que forem expedidas pela Prefeitura Municipal;
- b) - organizar e submeter a aprovação da Prefeitura o regimento interno da estação rodoviária;
- c) - orientar e fazer executar todos os serviços da estação praticando os atos necessários a eficiência e ao bom andamento dos serviços;
- d) - inspecionar os veículos e controlar o seu movimento de entrada e saída, fazendo cumprir os horários.

TÍTULO VI

DOS MATADOUROS E DO ABASTACIMENTO DE CARNE VERDE.

CAPÍTULO I

DA LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS MATADOUROS.

Artº - 344º - Os matadouros na cidade ou nas vilas do Município, serão localizados nos sítios a esse fim destinados pelo respectivo plano de urbanismo.

§ - Único - Na falta do plano de urbanismo, serão localizados em lugares distantes de no mínimo quinhentos metros do núcleo de população, a jusante deste, onde haja fácil abastecimento d'água para serventia do serviço e próximo de curso d'água com vasiao suficiente para despejos dos resíduos.

Artº - 345º - Para construção e instalação dos matadouros, deverão ser observadas as seguintes condições:

1º - dimensões do edifício, compartimentos, e dependências, compatíveis com a matança de animais em número correspondente ao dobro, pelo menos do necessário para o abastecimento diário da população existente na localidade e que deve ser vir;

2º - o edifício compor-se-á principalmente dos seguintes compartimentos com as respectivas instalações: Sala de matança, sangria e esquarteramento, o depósito de carne verde, o vestiário, as instalações sanitárias e o escritório laboratório;

3º - piso impermeabilizado, em todo edifício, com inclinação suficiente para o escoamento fácil e rápido de águas e líquidos residuais;

4º - revestimento das paredes de todo o edifício com azulejos ou outro material impermeável, até a altura de 2m50 exceptuando-se o escritório



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 60 -

rio, em que é facultativo o revestimento. Nos ângulos internos das paredes o revestimento será feito com superfícies curvas;

5º - instalações de um reservatório d'água com capacidade suficiente para todos os serviços de lavagem e limpeza, com canalização ampla para coleta e escoamento das águas e instrumento de trabalho, de material inalterável quando submetido ao processo de esterilização;

6º - esterilizadores para os aparelhos, instrumentos e utensílios;

7º - carros estanques para transporte de animais, carcasas e vísceras condenadas;

8º - currais, possilgas e todas as dependências.

Artº - 346º - Os matadouros destinados a fins industriais anexos a fabricação de produtos alimentícios terão instalações proporcionais a natureza e amplitude das respectivas indústrias e serão construídos de acordo com os projetos aprovados pela Prefeitura, observadas as disposições regulamentares e existentes do Departamento de Saúde Pública do Estado.

Artº - 347º - Anexo ou próximo ao matadouro, haverá um pátio fechado com área suficiente para comportar no mínimo, o dobro do número de rezes abatidas por dia. Junto haverá um curral destinado ao gado bovino e caprino, com área adequada ao movimento do matadouro.

Artº - 348º - As rezes do corte serão recolhidas ao pasto ou curral pelo menos 24 horas antes da matança. Esse recolhimento se fará todos os dias, a mesma hora, que será determinado pelo encarregado do Matadouro.

Artº - 349º - As possilgas serão divididas em diversos compartimentos, recebendo cada uma os postos de uma só dono e devendo elas ter capacidade para conter animais em número suficiente para a matança de dez dias.

§ - Único - As possilgas serão dotadas de rede de abastecimento d'água, de modo a facilitar sua limpeza.

Artº - 350º - Será mantido um registro de entrada de animais, do qual constarão: a espécie do gado, data e hora da entrada, estado dos animais, número de cabeças, nome do proprietário e as observações que forem julgadas necessárias.

Artº - 351º - Os animais serão alimentados por conta dos respectivos donos. Na hipótese de ser utilizado o pasto anexo ao matadouro, pagarão os donos as taxas ou diárias previstas na Lei Tributárias ou no Regulamento do Serviço.

Artº - 352º - O encarregado do matadouro é responsável pela guarda dos animais confiados ao estabelecimento, não se entendendo essa responsabilidade nos casos de morte ou acidente, fortuitos ou de força maior que possam ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 61 -

previstos ou evitados.

§ - Único - Verificada a morte de qualquer animal, recolhido ao matadouro, será seu proprietário notificado para retirá-lo dentro do prazo de 3 horas. Findo o prazo, sem que a notificação haja sido atendida, o encarregado mandará fazer a remoção do animal, correndo todas as despesas por conta do proprietário, que será ainda passível de multa.

Artº - 353º - Nenhum animal poderá ser abatido sem o prévio pagamento do imposto ou taxa a que o marchante ou açougueiro estiver sujeito na forma da Legislação Tributária do Município.

Artº - 354º - O matadouro será administrado por um encarregado a quem compete especialmente além de outras atribuições normais:

- a) - permanecer no recinto do matadouro em constante inspeção do serviço desde o início até o término deste;
- b) - providenciar imediatamente no caso de qualquer anormalidade, comunicando o fato ao Prefeito;
- c) - distribuir o pessoal do matadouro de acordo com as necessidades do serviço;
- d) - manter a ordem e a disciplina no matadouro.

CAPITULO II

DA MATANÇA E INSPEÇÃO SANITÁRIA.

Artº - 355º - É indispensável o exame sanitário dos animais destinados ao abate sem o que este não será efetuado.

§ - Único - O exame será realizado no gado em pé, no curral anexo ao matadouro, por profissional habilitado, e na falta deste, pelo próprio encarregado do estabelecimento.

Artº - 356º - Em caso de exame realizado pelo encarregado é possível ouvir-se um profissional habilitado, a simples suspeita de enfermidade determinará a rejeição dos animais.

Artº - 357º - As rezes rejeitadas em pé serão retiradas dos currais pelos seus proprietários, sendo a rejeição anotada no registro anotados no próprio registro.

§ - ÚNICO - O encarregado poderá impedir a entrada de rezes que possam desde logo, ser reconhecidas como impestáveis para matança.

Artº - 358º - É expressamente proibida a matança, para o consumo alimentar de:

- a) - rezes que não sejam das espécies : bovinas, suína - ovina ou caprina;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 62 -

- b) - viselos com menos de quatro semana de vida;
- c) - suino com menos de cinco semanas de vida;
- d) - ovinos e caprinos com menos de oito semana de vida;
- e) - animais que hajam repouso, pelo menos 24 horas, no pasto ou curral anexos ao estabelecimento;
- f) - animais caquéticos ou extramamente magros;
- g) - animais fatigados;
- h) - vacas em estado de gestação;
- i) - vacas com sinais de parto recente;
- j) - animais machos, de espécie bovina, de mais de dois/anos, que forem inteiros ou que tiverem recentemente castrados;
- h) - os suínos e caprinos machos e inteiros também não - poderão ser abatidos.

§ - ÚNICO - Os donos dos animais refeitos serão obrigados a retirá-los no mesmo dia do recnto do matadouro, sob pena de multa.

Artº - 350º - É considerado impróprio para o consumo alimentar, e passível de rejeição preliminar ou de condenação total, todo o animal, em que se verificar, quer no exame a que se refere o artigo 355º quer no exame a que se refere, digo, quer no exame das carnes e vísceras, a existência de qualquer das enfermidades referidas no artigo (?) do Regulamento de Saude Pública do Estado.

Artº - 360º - A matança começara a hora determinada pela/ Prefeitura e será por grupo de gado pertecente,digo, pertencente a cada marchante, por ordem da qualidade ou de entrada no matadouro.

Artº 361º - Qualquer que seja o processo de matança adotado, com aprovação do Prefeito, é indispensavel sengra imediata e o escoamento do sangue das rezes abatidas.

Artº - 362º - Para esfolamento e abertura serão as rēzes/ suspensas ou ganchos apropriados e proceder-se-ã de modo a evitar o contrato da carne com a parte cabeluda do couro e as vísceras.

Artº - 363º - O exame de animais abatido será feita na ocasião da abertura das carcaças e suas avisceração, por profissional habilitado/ ou pelo encarregado do matadouro, observada a norma do artigo 356º, serão examinados cuidadosamente os ganglios, víceras e outros orgãos, apreendido o animal, a carcaça ou parte da carcaça, as víceras ou orgãos julgados impróprios para o consumo alimentar.

Artº - 364º - Os animais as carcaças ou parte delas as víceras, os orgãos ou tecidos, condenados como impróprios para o consumo alimentar serão removidos em carros estanques para sua inutilização na forma do artigo -



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 63 -

3659, ou aproveitamento industrial permitido.

§ - ÚNICO - A inutilização será feita em fornos crematórios ou em recipiente digestores ou por outro processo aprovado pela Prefeitura e pela Saúde Pública.

Artº - 3659 - Os animais abatidos ou que hajam morrido nos pastos e currais anêxos ao matadouro, portadores de carbunculo bacteriano, raiva ou quaisquer outras doenças contagiosas, serão cremados a pele, chifres e cascos.

§ - 1º - O local, os utensílios ou instrumentos de trabalho que tiverem estado em contacto com qualquer carcaça, órgão ou tecido do animal - portador do carbunculo bacteriano, raiva ou qualquer outra molestia contagiosa, serão imediatamente desinfetados e esterilizados.

§ - 2º - Os empregados que tiverem manuseado carcasas, vísceras, órgãos desses animais, farão completa desinfecção das mãos e dos vestuários antes de reiniciarem o trabalho.

Artº - 3669 - O sangue para uso alimentar ou fim industrial será recolhido em recipientes apropriados, separadamente, para ser entregue ao proprietário do animal.

§ - ÚNICO - Verificada a condenação de um animal, cujo sangue estiver sido recolhido e misturado ao de outros, será inutilizado todo o conteúdo do respectivo recipiente.

Artº - 3679 - As carnes consideradas boas para o consumo alimentar serão recolhidas aos depósitos de carnes verdes, até o momento do seu transporte para o açougues.

Artº - 3689 - Depois da matança do gado e da inspeção necessária, serão as vísceras consideradas boas para fins alimentares, levadas em lugar próprio e colocadas em vasilhas apropriadas para o transporte aos açougues.

Artº - 3699 - É proibida, sob pena de apreensão e inutilização a insuflação de ar ou qualquer gás nas carnes dos animais abatidos.

Artº - 3709 - As condenações ou inutilizações totais ou parciais, serão registradas com especificação de sua causa, em livro próprio, a que se refere o artigo 3579-

Artº - 3719 - Se qualquer doença epizootica for verificada nos animais recolhidos nos pastos ou currais do matadouro, o encarregado providenciará o imediato isolamento dos doentes e suspeitos, em locais apropriados.

Artº - 3729 - Os animais encontrados mortos nos currais, poderão ser autopsiados a fim de ser determinada a "causa mortis", concedendo de sua utilização para fins industriais, desde que não incida no artigo 3659.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 64 -

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS.

Artº - 373º - Nenhum gado destinado ao consumo público pode rá ser abatido fora do matadouro, sob pena de multa de Cr\$ 200,00 à Cr\$ 500,00.

§ - 1º - Nas vilas e povoados, onde não houver matadouro, o gado bovino, suíno, destinado ao consumo público depois de examinado pelo fiscal, ou profissional por ele indicado, será abatido em lugar previamente determinado, aplicando-se no que couber, as disposições deste Título.

§ - 2º - Será no entanto, permitida a matança de gado bovino, para o consumo normal da população, em xarqueadas acaso existentes, já fiscalizados pelo Ministério da Agricultura, até que se construa o Matadouro Municipal.

§ - 3º - Nas xarqueadas a que se refere o § anterior a Prefeitura exercerá por técnico ou funcionários para isso designados, a fiscalização prescrita para a matança e distribuição.

Artº - 374º - Além da fiscalização prevista, exigir-se-á - nas xarqueadas o cumprimento das condições sanitárias constantes deste Título.

Artº - 375º - As taxas referentes a matança e ao transporte de carnes verdes do matadouro aos açougues, serão cobradas de acordo com a Legislação Tributária do Município.

§ - ÚNICO - Nas xarqueadas: observado o disposto nos artigos anteriores, exigir-se-ão as taxas e tributos em vigor.

Artº - 376º - O serviço de transporte de carne do matadouro para os açougues será feita em veículos apropriados, fechados e com dispositivos para ventilação observado-se na sua construção interna todas as prescrições de higiene.

§ - 1º - Os portadores de carne deverão manter as suas vestes em perfeito estado de asseio, e serão obrigados a lavar diariamente os respectivos veículos.

§ - 2º - As carnes de porco, carneiros e cabritos, poderão também ser conduzida para os açougues em tabuleiros ou cestos com coberturas de tela de arame.

Artº - 377º - É expressamente proibido na cidade e nas vilas, manter-se em pátios particulares, gado, de qualquer espécie, destinado ao corte.

CAPÍTULO IV

DOS AÇOUQUES E DOS ABASTECIMENTO DE CARNE VERDE

Artº - 378º - A venda a varejo no perímetro da cidade e das vilas, de carne verde, toucinhos e vísceras só poderá ser feita em recintos -



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 65 -

apropriados e que preencham as seguintes condições:

- 1º - terão no mínimo 16 metros quadrados;
- 2º - poderão ter ligação interna somente com os compartimentos destinados ao próprio açougue, como vestiário e -- instalação sanitárias. A ligação com a instalação sanitária não será direta, fazendo-se através do vestiário ou de um corredor;
- 3º - As portas serão de grade de ferro, providas de tela metálica.
- 4º - Haverá em todas as paredes externas vãos de ventilação com altura mínima de 1,00 mts., e maior largura possí-
vel . Serão colocados a altura mínima de 2,20 mts., do
piso e adaptado de caixilhos de ferro basculhante cujas
bandeiras ocuparão o vão total.
- 5º - as paredes serão revestidas até a altura de dois metros
de azulejos brancos ou de outro material lizo, resisten
tes, impermeáveis, de cor clara e de fácil limpeza. As
juntas serão tomadas com material impermeável. As pare
des , acima dessa altura, o tecto, as portas e caixilhos
serão pintados a óleo, e cores claras;
- 6º - o tecto será constituído de laço de concreto armado;
- 7º - o piso será revestido de ladrilhos hidráulicos; a co
res claras, com inclinação suficiente para escoamento/
das águas de lavagem. No piso serão instalados ralos -
sinfonados para escoamento dessas águas;
- 8º - os ângulos de intercessão das paredes., entre si, com
o piso e com o tecto, serão substituídos por superfícies
curvas de concordância;
- 9º - terão instalações de água corrente abundante;
- 10º - o balcão será de mármore ou de pedra plástica, sendo a
base de alvenaria de tijolos revestidos do mesmo mate-
rial impermeável com o que o forem as paredes;
- 11º - serão sempre que necessários, dotados de Câmara frigo-
rificas, de capacidade suficiente;
- 12º - disporão de armação de ferro ou aço polido fixa às pa
redes ou ao tecto e a que serão suspensos, por meios de
ganchos do mesmo material, os quartos de rezes para ta
lha;
- 13º - os compartimentos destinados ao corredor, ou salas ves-
tiárias ou instalações sanitárias terão seu piso, pare
des e tecto, com o mesmo acabamento da sala principal.
Haverá, pelo mesmo uma privada e um lavatório de louça



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 66 -

ou de ferro esmaltado.

149 . quando o açougue não dispuser de câmara frigorífica ou esta não for de capacidade suficiente, será afotada o sistema de chassis-telado para a proteção contra moscas.

Artº - 379º - Os açougueiros deverão observar as seguintes disposições:

1º - São obrigados a manter o estabelecimento em completo - estado de asseio e higiene, não lhes sendo permitido ter no mesmo qualquer ramo de negócio diverso do que sua especialidade, bem como guardar na sala de talha objetos que lhes são estranhos.

2º - A carne não vendida até 24 horas após sua entrada no açougue, será incontinentemente salgada e só neste estado - poderá ser dada ao consumo da população, salvo hipótese de ser conservado em câmaras frigoríficas.

3º - Na carne com osso o peso deste não poderá exceder de - 200 gramas por kilo.

4º - Toda a carne vendida ou entregue a domicílio somente - poderá ser transportada em carros apropriados ou em - tableiros ou em cestos cobertos com tela de arame.

5º - Não admitir ou manter no serviço, empregados que não - sejam portadores da Carteira sanitária ou de atestado/ médico de que não sofram de moléstia contagiosas.

Artº - 380º - As carnes e toucinhos importados de outros Municípios só poderão ser vendida a população local mediante a exibição dos documentos que provem terem sido pagos, no Município de procedência, os impostos e taxas devidas.

Artº - 381º - É expressamente proibido o transporte, para os açougues, de couros, chifres e resíduos, considerados prejudiciais ao asseio e a higiene do estabelecimento.

Artº - 382º - Os proprietários dos açougues deverão cuidar, em que nos respectivos estabelecimento, não sejam permitidos a entrada de pessoas, de moléstias contagiosas ou repugnantes com fundamento nas disposições regulamentares de saúde pública, proibindo o uso do fumo no seu interior, mediante um AVISO - bem legível e visível.

Artº - 383º - Os portadores e vendedores, sejam proprietários ou empregados, serão obrigados a usar sempre aventais e gorros brancos mudado diariamente.

Artº - 384º - Nenhuma licença para abertura de açougue se -- concederá se não depois de satisfeitas as exigências a que se refere o artigo 378º



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 67 -

Artº - 385º - Os açougues existentes na cidade e nas Vilas, na data da promulgação deste Código, e que não satisfazem as normas prescritas - no artigo 378º deverão adotar-se as mesmas no prazo de seis meses ou em prazo - mais dilatado se assim o julgar conveniente o Prefeito, desde que consulte os interesses do Município.

§ - UNICO - A Prefeitura examinara em cada caso concreto as remodelações realizadas para o efeito de sua aprovação.

CAPITULO V

DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS.

Artº - 386º -Incorrerã nas seguintes multas, elevadas ao dobro nas reincidências, aquele que:

- I - De Cr\$ multas de 500,00 à Cr\$ 1.000,00:
 - a) - abater gado de qualquer espécie, fora do matadouro, - nas cidade, ou fora dos lugares apropriados, nas vilas
 - b) - vender carne ou toucinho fora de açougues, salvo o caso de distribuição a domicilio, previsto no artigo - 379º, Ítem 4;
 - c) - abater gado, de qualquer espécie, com sⁱⁿtomas de molestia, ou sem o prévio pagamento das taxas devidas;
 - d) - vender carne e toucinhos, procedente de outros Municípios, sem provar terem sido pago as taxas respecti--vas;
 - e) - abater gado, de qualquer espécie, fora do matadouro - ou em lugares designados, com o feito de entrega-lo a o consumo público.
- II - Multa de Cr\$ 800,00 à Cr\$ 1.300,00:
 - a) - abater gado, de qualquer espécie, antes do descanso - necessário, e vacas, porcas, ovelhas, e cabras em estado de gestação;
 - b) - vender ou depositar qualquer outro artigo no recinto destinado ao retalho e venda de carne;
 - c) - transportar para os açougues, couros, chifres e demais restos de gado abatido para o consumo;
 - d) - deixar permanecer nos currais dos matadouros por mais de 03 horas animais morto, de sua propriedade, ou deixar de retirar, no mesmo dias, os que forem rejeitado em exame procedido pela autoridade competente.
- III - Multa de Cr\$ 500,00 à Cr\$ 1.200,00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 68 -

- a) - transportar carne verdes em veículos não apropriados salvo caso de força maior, e com consentimento prévio de autoridades competente;
- b) - atirar ossos ou restos de carnes nas vias públicas;
- c) - fôr encontrado, servindo nos açougues sem o uso dos aventais e gorros.

Artº - 387º - Por infração de qualquer dispositivos deste Título para que não esteja prevista pena especial, serão impostas multas de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.700,00, elevada ao dobro nas reincidências respeitando no máximo legal.

TÍTULO III

DOS MERCADOS E FEIRAS LIVRES

CAPÍTULO I

DOS MERCADOS.

Artº - 388º - O mercado e o estabelecimento público, sob administração e fiscalização do Governo Municipal, destinado ao varejo de gêneros alimentícios e produtos de pequena indústria animal, agrícola ou estrativa havendo espaço pode o Prefeito autorizar, a Título precário e mediante licença especial, a exposição em venda de outros artigos.

Artº - 389º - Nos mercados, o comércio poderá fazer-se em cômodos locados ou em espaços abertos, tudo na forma e condições a diante estabelecidas.

§ - ÚNICO - Aquele que exercer atividade comerciais no recinto dos mercados Municipais fica obrigado a observar as disposições deste capítulo, além dos regulamento que a Prefeitura baixar sobre a matéria.

Artº - 390º - Os mercados estarão abertos ao público das 6 as 17 horas, diariamente, inclusive domingos, feriados e dias santos. Em casos especiais, sendo de interesse público, a Prefeitura poderá modificar o horário.

§ - ÚNICO - É inteiramente livre a entrada e saída de pessoas nas horas regulamentares. No recinto dos mercados, porém ficam todos sujeitos a ordem e a disciplina interna, sendo punido com multa e expulsão e, nos casos graves, vedação de entrada, quem transgredir preceitos de higiene e polícia.

Artº - 391º - Não é permitida nos mercados, a venda de qualquer mercadoria. A venda em grosso, só é permitida depois das 11 horas, observado o que dispõe o artigo 402º.

§ - 1º - Para efeito deste artigo, entende-se por comér-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 70 -

depende do pagamento das taxas previstas nas Leis Tributárias do Município, salvo o disposto no artigo 397º.

§ - 3º - A Prefeitura poderá conceder local permanente nos mercados, a requerimento dos interessados e mediante o pagamento das taxas devidas;

Artº - 396º - É proibido o estacionamento, no recinto dos mercados dos veículos e animais empregados na condução de gêneros, os quais deverão ser retirados imediatamente, após o descarregamento, para os locais a isso - destinados.

§ - ÚNICO - Nos arruamentos, onde não for permitido o trânsito de veículos ou de animais, todo o serviço de transporte, inclusive a coleta de lixo, será feita em carros ou carrocinhas puchadas a mão.

Artº - 397º - Os que são vendedores de frutas, legumes, hortaliças, raízes, tubérculos e outros gêneros alimentícios de sua pequena e própria lavoura ou indústria caseira, são isentos da Taxa de Locação de Espaço.

§ - 1º - Para gozar dessa isenção, deve o pretendente requerer ao Prefeito sua matrícula como pequeno produtor, provando:

- a) - Que o proprietário ou cultivador de terreno ou tratando-se de indústria, que não tem estabelecimento o que não explorará em sua própria casa ou dependência;
- b) - Que produz em pequena escala.

§ - 2º - Feita a matrícula, será fornecida ao matriculado uma placa numerada que deverá ser mantida bem visível nos locais das vendas.

§ - 3º - As matrículas são renovadas anualmente, exigindo-se na renovação as mesmas provas de que trata o parágrafo 1º deste artigo e mais/ atestado do administrador do mercado, quanto a boa conduta do produtor.

§ - 4º - Serão imediatamente canceladas as matrículas obtidas fraudulamente.

Artº - 398º - As lojas, açougues e demais cômodos serão alugados mediante concorrência pública a quem mais der, acima do preço fixado pela Prefeitura. No caso de serem apresentados duas ou mais propostas com o mesmo preço dar-se-á a preferência, em igualdade de condições a quem já ocupa o cômodo, e, na falta deste ao proponente que for maior contribuinte aos cofres municipais.

§ - 1º - As concorrências serão abertas pelo prazo de 15 dias, devendo constar do Edital, além das condições acima estipuladas o número e a área de cômodo, do mínimo do aluguel e o prazo maior do contrato, nunca maior de 3 anos,

§ - 2º - Aceita a proposta, antes da assinatura do Contra



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 71 -

to de locação prestará o proponente fiança correspondente a tres meses de aluguel oferecida como garantia do pagamento deste, de multa que acaso, lhe forem impostas e de reparos que a Prefeitura tiver que fazer, decorrentes de estragos causados - pelo locatário. O Depósito será restituído quando findar a locação, feitas as deduções regulamentares cabíveis, se este for o caso.

§ - 3º - Os alugueres serão pagos adiantadamente, até o dia 5 de cada mês e, em caso de mora com a multa de 30+.

Artº 399º - Ninguém poderá alugar mais que um comodo, por si ou por interposta pessoas para o mesmo ou diversos ramo de negócio.

Artº - 400º - O locatário de comodo é obrigado a :

- a) - Mante-lo em perfeito estado de asseio e higiene, bem como o passeio fronteiro.
- b) - Mobiliá-lo de acôrdo com as necessidades de seu ramo de comércio, procedendo licença do Prefeito sempre que para isso forem necessários obras de qualquer natureza no seu proprio cômodo;
- c) - Conserva-lo e entrega-lo, findo o prazo da locação no estado em que o houver recebido;
- d) - Ter seus proprios pesos e medidas.

§ - 1º - É vedado ao locatário:

- a) - sublocar o prédio no todo ou em parte;
- b) - fazer construção, reconstruções ou modificações, sem autorização do Prefeito;
- c) - Depositar quaisquer objetos ou mercadorias nos passeios ou arruamentos, ou pendura-los por qualquer processo, do lado de fora da loja;
- d) - Forçar a venda, cercar ou tomar fregueses e anunciar/pertubando a ordem;
- e) - ocultar ou recusar vender mercadorias que possua.

Artº - 401º - A locação de cômodos ou concessão de areas , haja ou não contrato de o aluguel pago, não criam para os respectivos titulares direitos oporíveis, as medidas de higiene ou de policia que a Prefeitura julgar oportuno por em pratica no interesse geral. Essa disposição constará expressamente de todos os contratos e títulos de concessão, com uma das cláusulas essenciais.

Artº - 402º - É expressamente, proibido atravessar gêneros destinados ao consumo publico tenham ou não dado entrada nos mercados.

§ - UNICO - Considera-se atravessadores de gêneros:

- a) - os que comparem, no todo ou em grande parte, gêneros destinados aos mercados públicos, ou quem por qualquer forma concorrerem para que o produto não de ali entrada, pouco importando que o ato incriminado seja



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 72 -

praticado em entradas públicas ou em particulares, nas ruas da cidade das vilas, ou nos arredores do Município;

b) - Os que, com notícias tendenciosas ou intento maligno, induzirem os condutores a não levar o seu produto no mercado.

Artº - 403º - Na disciplina interna dos mercados, ter-se-á em vista:

- a) - Manter a ordem e o asseio do estabelecimento;
- b) - Assegurar o seu abastecimento;
- c) - Proteger os pequenos produtores e consumidores, contra as manobras prejudiciais aos seus interesses;
- d) - Velar pela salubridade dos viveres e mantimentos expostos à venda.

Artº - 404º - É expressamente proibido, dentro dos mercados:

- a) - Ajuntamento de pessoas que não estando vendendo ou comprando, embaraçarem o comércio;
- b) - Fazer algazarra, provocar tumultos ou discussões de qualquer natureza;
- c) - A presença de louco, bêbado, turbulento, ou doente - de moléstia infecto contagiosa ou repugnante;
- d) - Danificar qualquer parte da dependência dos mercados, escrever ou pintar as paredes;
- e) - Praticar atos ofensivos à moral;
- f) - Atirar cascas de frutas, papéis, nos recintos dos mercados;
- g) - Atirar lixo dentro ou nas imediações dos mercados.

Artº - 405º - Aos infratores das disposições deste Capítulo serão aplicadas as seguintes multas, elevadas ao dobro nas reincidências:

- a) - multas de Cr\$ 500,00 à Cr\$ 1.100,00 pelas transgressões dos artigos 394º à 402º;
- b) - Multas de Cr\$ 300,00 à Cr\$ 900,00, pelas transgressões dos demais artigos deste capítulo.

CAPITULO II

DAS FEIRAS LIVRES.

Artº - 406º - A feira livre se destina ao comércio de gêneros alimentícios, aves, frutas e legumes, utensílios culinários e artigos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

- 73 -

pequena indústria, para abastecimento doméstico e facilidade de venda direta ao pequeno produtor ou criador, aos consumidores.

Artº - 407º - O serviço de fiscalização será superintendido e executado por funcionário municipal para isso designado.

Artº - 408º - A feira livre funcionará em dia, hora e lugar designado pelo Prefeito, segundo aconselhar o interesse público.

§ - ÚNICO - A hora fixada para o encerramento da feira, os feirantes suspenderão as vendas procedendo a desmontagem das barracas, balcões, taboleiros e respectivos pertences e a remoção das mercadorias, de forma a ficar o recinto livre ou pronto para o início imediato da limpeza.

Artº - 409º - A Prefeitura fará examinar os produtos expostos à venda nas feiras, mandando retirar imediatamente aqueles que não estiverem em condições de ser dados ao consumo público.

Artº - 410º - A colocação das barracas, mesas, taboleiros, balcões ou pequenos veículos, nas feiras será feita segundo o critério de prioridade, realizando-se, tanto quanto possível, o agrupamento dos feirantes, por classes similares de marcadorias.

Artº - 411º - Os veículos que conduzirem mercadorias ou - que sejam destinados "a" exposição da própria mercadoria transportada, serão postos em ordem e em local designado pelo fiscal da feira, de maneira a facilitar o trânsito público.

Artº - 412º - Na colocação das barracas deverá ser observado o espaço necessário para a passagem do público.

Artº - 413º - Os gêneros alimentícios, frutas e legumes deverão ser expostas a venda em mesas, taboleiros, balcões, caixas, cestos ou pequenos veículos.

Artº - 414º - Para a venda, na feira livre, de carne de - qualquer espécie, ou animais abatecidos, deve ser, observado, no que couber, as disposições de Título VI.

Artº - 415º - As carnes, salames, salsichas o produtos similares, deverão ser suspensos em ganchos de ferro polido ou estanhados ou colocados sobre mesas ou em recipientes apropriados, respeitando rigorosamente os preceitos de higiene..

Artº - 416º - Para a venda de peixes é obrigatória a utilização de um recipiente estanque, destinado a receber quaisquer resíduos, observando-se ainda as normas aconselháveis para o caso.

Artº - 417º - O leite e produtos laticínios, à venda deverão ser conservados em recipientes apropriados, a prova de pó ou de outros impure



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ

- 74 -

zas, satisfeitas ainda as demais condições de higiene.

Artº - 418º - É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas nas feiras livres.

Artº - 419º - Os feirantes, por si ou por seus prepostos, são obrigados a:

- a) - acatar as determinações regulamentares feitas pelo - fiscal e guardar decoro para o Público, abstendo-se de apregoar suas mercadorias com algazarra;
- b) - manter em perfeito estado de higiene as barracas ou balcões, aparelhadas, bem como os utensílios empregados na venda de seus artigos;
- c) - não iniciar a venda de suas mercadorias antes do horário regulamentar, nem prolongar-lo além da hora de encerramento;
- d) - não ocupar área maior que a que lhe foi concedida na distribuição a que se refere o artigo 410º.
- e) - não deslocar as suas barracas ou tabuleiros para os pontos diferentes daqueles que lhe forem determinados;
- f) - colocar etiquetas com os preços das mercadorias.

§ - UNICO - Nas feiras livres não serão empregados balanças ou quaisquer aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir sem que esse hajam/sido devidamente aferidos pela Prefeitura, nos termos do Capítulo III, Título V, deste Código.

Artº - 420º - As infrações aos dispositivos constantes - deste capítulo serão punidas com a multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 800,00, elevadas ao dobro nas reincidências, sem prejuízo da ação policial que couber.

Artº - 421º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA, EM 21 DE MAIO DE 1.956.

Gabriel F. Gurgei

PREFEITO MUNICIPAL